

UFRRJ

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

DISSERTAÇÃO

**O QUE DIZEM OS ORIENTADORES EDUCACIONAIS SOBRE A
ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.**

GISELE SANTOS CHAGAS

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**O QUE DIZEM OS ORIENTADORES EDUCACIONAIS SOBRE A
ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.**

GISELE SANTOS CHAGAS

*Sob a orientação da Professora Doutora
Flávia Miller Naethe Motta*

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Linha de pesquisa: Estudos Contemporâneos e Práticas Educativas. Área de Concentração: Educação.

Seropédica, RJ
Agosto de 2017

C426q Chagas, Gisele Santos, 1978-
O que dizem os Orientadores sobre a Orientação
Educativa. / Gisele Santos Chagas. - 2017.
89 f.

Orientadora: Flávia Miller Naethe Motta.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PPGEduc Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2017.

1. Orientação Educacional. 2. Orientador
Educativo. 3. Identidade. 4. Reflexões sobre a
prática. I. Motta, Flávia Miller Naethe, 1963-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PPGEduc Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
Título.



UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares (PPGEduc)

GISELE SANTOS CHAGAS

**“O QUE DIZEM OS ORIENTADORES EDUCACIONAIS
SOBRE A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: vida e trabalho”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Educação.

Linha de Pesquisa: Estudos Contemporâneos e Práticas Educativas

Dissertação aprovada em 21/08/2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof^(a). Dr^(a). FLAVIA MILLER NAETHÉ MOTTA - UFRRJ - Orientadora



Prof. Dr. CARLOS ROBERTO DE CARVALHO - UFRRJ



Prof^(a). Dr^(a). NÚBIA DE OLIVEIRA SANTOS - UFRJ

Seropédica (RJ)
Agosto/2017

Dedico este trabalho aos meus filhos e esposo, que em um momento ímpar da minha vida estiveram presentes e são meu alicerce, meu tudo! E aos Orientadores Educacionais de São João de Meriti que viveram e vivem de modo a consolidar uma identidade e um trabalho reconhecido nos dias de hoje no campo educacional.

AGRADECIMENTOS

Muito obrigado
É importante saber agradecer
A quem me fez bem
A quem me abençoou
Quem esteve comigo
Na hora da alegria e da dor
Meu Deus nunca me abandonou
E amigos fiéis ao meu lado colocou
Por isso eu quero agradecer
Muito obrigado, Senhor
Muito obrigado
Eu Te agradeço, meu Senhor
Por todas as bênçãos
Tu és meu Deus, meu Salvador
Eu te agradeço.
(Música: Ana Paula Valadão Bessa)

A Deus, pela forma singular de nos amar e nos acolher em todos os momentos. Por se fazer presente em minha vida e por dá-me da Tua infinita Graça, misericórdia e sabedoria.

A minha mãe, pelo investimento em minha educação que culminou no que sou hoje, pelos acréscimos de tempo dedicados aos meus filhos dando-me suporte para eu levar adiante esse trabalho.

A meu marido Marcio, amor da minha vida, pelo incentivo, carinho, compreensão e partilha (mesmo contrariado com minha ausência). Dessa forma pude dar conta de todas as atividades propostas. Obrigada! Te amo!!!

Aos meus filhos, João Pedro e Maria Eduarda, que mesmo sem entenderem muito bem os propósitos deste estudo, apresentando insatisfação pelo tempo que deles subtrai, aceitaram minha ausência (ou ao menos tentaram) em diversos momentos em que estive presente apenas fisicamente. Amo vocês, meus tesouros!

A minha irmã Christiane, zelosa e prestativa, por me socorrer nos momentos mais necessários e gritantes, para que eu pudesse realizar este estudo.

A minha orientadora, professora e amiga, Flávia Motta, pela acolhida como uma de suas orientandas, pelos textos sugeridos, pelo ouvido amigo, pelo tempo dispensado à leitura dos meus escritos e pelas sugestões sempre muito oportunas. Obrigada por compartilhar dos meus receios, inseguranças e também vitórias. Saiba que o teu toque especial contribuiu de forma singular não apenas para que esse trabalho se tornasse melhor, mas para que também fosse possível. Obrigada por ter investido em mim e ampliado meus horizontes, sempre com paciência, muito respeito, carinho, atenção, incentivo e conhecimento. Sem me dar algo pronto e acabado, mas me ensinando a buscar, construir, e assim, fazer o meu caminho ao caminhar.

Aos Orientadores Educacionais e Equipe da Secretaria Municipal de Educação de São João de Meriti, pelo tempo dedicado aos encontros e conversas que alinhavaram o rumo desta pesquisa. Sem vocês não seria possível esse trabalho!

Agradecimento em especial, e muito merecido às amigas Silma Cleris, Cristiane Alves e Vanessa Victorino que se dispuseram a estar junto a mim nos momentos mais difíceis para a finalização desta pesquisa, cedendo sempre que necessário ombro e ouvido amigo. Pelo incentivo incessante.

Aos meus professores e colegas do Curso de Mestrado em Educação, turma 2015, pela oportunidade de troca de experiências, ampliação e construção de novos conhecimentos. Sinto-me transformada, a ponto de dizer: não estou mais tal qual entrei!

Ao GEPELID, grupo de pesquisa que amo demais. Passei por momentos sensacionais de aprendizagem com vocês. Aprendi que Bakhtin vai muito além de meras citações.

Agradeço todo carinho e respeito dispensados a mim pelos Professores Carlos Roberto e Rita Ribes no momento da qualificação. Seus apontamentos me permitiram dar passos mais firmes para a conclusão deste trabalho.

Agradeço por toda atenção e pelo acabamento ofertado a mim pela Professora Núbia de Oliveira no momento da defesa. Que com muita sabedoria fez as devidas colocações para a finalização deste trabalho.

A verdadeira viagem da descoberta não
consiste em procurar novas paisagens, mas em
possuir novos olhos.

Marcel Proust

RESUMO

CHAGAS, Gisele Santos. **O que dizem os Orientadores Educacionais sobre a Orientação Educacional: Vida e Trabalho.** 2017. Defesa (Mestrado em Educação) Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar / PPGEduc / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ. 2017.

Este trabalho tem por objetivo apresentar narrativas de Orientadores Educacionais da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São João de Meriti. A ideia é promover uma discussão que leve em consideração as experiências individuais que dão visibilidade aos aspectos que constituem a profissão e o campo de atuação. Quem são esses profissionais? Como se veem? Como pensam sua formação? Como se percebem imersos em uma sociedade em constante modificação? E, como suas práticas se constituem? A motivação para estudo e desenvolvimento da pesquisa nasceu da preocupação em socializar práticas e ações desenvolvidas na área em questão e sua colaboração no cenário atual. Que caminhos trilhar? Como se encontra a Orientação Educacional segundo seus aspectos de abrangência, demanda e oferta nas unidades escolares na rede de ensino pesquisada? Pretendemos, com essa dissertação, contribuir para caracterizar a atuação do Orientador Educacional na perspectiva de seus profissionais. O texto desdobra-se na análise das expectativas e vivências do Orientador Educacional; na investigação sobre a reflexão-crítica da prática e na sua contribuição no espaço escolar. As narrativas decorreram de encontros onde suas histórias foram contadas. Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa com enfoque sócio-histórico-cultural sob a perspectiva dialógica, que conta com o ‘encontro’ como metodologia, tendo como referencial teórico-metodológico o autor Mikhail Bakhtin.

Palavras-chaves: orientação educacional; orientador educacional; identidade; reflexões sobre a prática.

ABSTRACT

CHAGAS, Gisele Santos. **What do the Guidance Counsellors say about the educational advising: Life and Work.** 2017. Defense (Master's in Education) Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar / PPGEduc / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ. 2017.

This work is aimed to present narratives of the Guidance Counsellors of the Municipal school network in the city of São João de Meriti. The idea is to promote a discussion that takes into consideration the individual experiences that enable viewing of the aspects that constitute the profession and fields of work. Who are these professionals? How do they see themselves? What do they think about their background? How do they realize themselves immersed in a constantly changing society? And, how are their performances represented? The motivation to the studying and developing of this research derived from the concern that aims to socialize performances and actions developed in this area and its collaboration in the current scenario. What paths to choose? How is the Educational Advising area according to its coverage, demand and offering aspects in the researched school unit? We intend, with this dissertation, to contribute to the characterization of the Guidance Counsellor performance in the perspective of his professionals. The text is divided into a set of the analyses of the expectations and living experiences of the Guidance Counsellor; in the investigation of the critical-reflection of his performance and its contribution in the school space. The narratives derived from encounters where stories were told. A qualitative research was made with a social-historical-cultural focus under a dialogic perspective, that counts on the “meeting” as the methodology, having as methodological-theoretical reference the well known author Mikhail Bakhtin.

Key words: educational advising; guidance counsellor; identity; reflections on the performances.

LISTA QUADROS

Quadro 1: Disposição das matrículas/Censo Escolar 2016 - Fonte IBGE

Quadro 2: Linha do tempo da Orientação Educacional

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOERGS – Associação de Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul;
AOERJ - Associação de Orientadores Educacionais do Rio de Janeiro;
ART. – Artigo;
ASFOE – Associação Fluminense de Orientadores Educacionais;
BNCC – Base Nacional Comum Curricular;
CADES - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário;
CIEP – Centro Integrado de Educação Pública;
CNE – Conselho Nacional de Educação;
COSE – Coordenadoria de Supervisão Educacional;
CP - Conselho Pleno;
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social;
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente;
EUA – Estados Unidos da América;
FEBF – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
FENAPOE – Federação Nacional dos Profissionais da Orientação Educacional
FENOE - Federação Nacional dos Orientadores Educacionais
FICAI - Fichas de Comunicação de Alunos Infrequentes;
GEge - Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso;
GEPOLID – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Linguagem e Diferenças;
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
LDB – Lei de Diretrizes e Base;
MEC – Ministério da Educação;
N.º - Número;
OE – Orientador Educacional / Orientação Educacional;
ONG – Organização não governamental;
OP – Orientação Pedagógica;
P II – Professor II;
PME – Plano Municipal de Educação;
PNE – Plano Nacional de Educação;
PSE – Programa Saúde na Escola;
PUC – Pontifícia Universidade Católica
TDA - Transtorno do déficit de atenção;
TDAH - Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade;
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro;
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
UM POUCO DE MIM... UM POUCO DO TEMA.....	12
1. O CAMINHO E SEUS ESTICADORES DE HORIZONTES.....	21
1.1. O percurso.....	21
1.2. Município anfitrião da pesquisa	29
1.3. O lócus da pesquisa.....	30
1.4. Transver o mundo... um ato de exotopia, excedente de visão e acabamentos.....	31
2. A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS....	34
2.1. Sua gênese	34
2.2. A Orientação Educacional no Brasil	36
2.3. A Constituição do Pedagogo no Brasil: tensões no campo educacional e na formação acadêmica.....	43
3. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	49
3.1. O Serviço de Orientação Educacional em SJM: a perspectiva de Cardoso.....	49
3.2. O protagonismo do Orientador Educacional,.....	53
3.3. A atuação do Orientador Educacional no micro e no macro: experiências compartilhadas	61
CONSIDERAÇÕES	
TRAJETÓRIA LONGA E INCONCLUSIVA.....	70
REFERENCIAS	76
ANEXOS.....	81
1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/Orientadores Educacionais	82
2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/Secretaria de Educação.....	83
3 – Concurso Orientador Educacional de São João de Meriti – 2011.....	84
4 - Concurso Orientador Educacional de Duque de Caxias – 2015.....	85
5 – Concurso Orientador Educacional de Mesquita – 2016.....	86
6 – Regimento Escolar de SJM – Cargo: Orientador Educacional	87
7 – Regimento Escolar de SJM – Cargo: Orientador Pedagógico	89

INTRODUÇÃO

UM POUCO DE MIM... UM POUCO DO TEMA

"Eu vou tentar captar o instante já,
Que de tão fugitivo não é mais,
Porque já tornou-se um novo instante.
Cada coisa tem um instante em que ela é.
Eu quero apossar-me do é da coisa.
Eu tenho um pouco de medo.
Medo ainda de me entregar,
Pois o próximo instante é desconhecido..."
Clarice Lispector

Acredito que a temática dessa pesquisa já me afligia há algum tempo, mas somente em um dado momento da minha vida me deparei com a necessidade de avançar e buscar alternativas para além daquelas já conhecidas por mim. Mas afinal em que momento isso aflorou? Quando isso se tornou objeto de estudo?

Desde 2012 sou Orientadora Educacional da Secretaria Municipal de Educação de São João de Meriti. Atualmente, desde janeiro do corrente ano, exerço o cargo de Chefia do Departamento de Orientação Pedagógica Educacional. Durante o período de 2012 a 2016 atuei com o segmento de Educação Infantil. Anteriormente, exerci o cargo de secretária escolar por 10 anos em uma creche do mesmo município, onde são atendidas crianças de 1 a 5 anos de idade. Em uma inter-relação entre aquilo que acredito e que defendo me envolvi de tal modo, que passei a dedicar-me e a aperfeiçoar-me em tudo que pudesse contribuir para o exercício de minha profissão de forma responsiva e responsável sempre com o olhar focado na faixa etária de 0 a 5 anos de idade.

Ao concluir o curso de pedagogia em 2002¹, optei por fazer uma especialização, desse modo meu contato com o mundo acadêmico permaneceria. Cursei Gestão do trabalho pedagógico² e, como trabalho de conclusão abordei sobre: Afeto na Primeira Infância: o papel da família e da escola, mesmo não sendo o foco abordado no curso. Obtive uma orientação muito generosa e comprometida por parte de minha professora-orientadora do curso, Dra.

¹ Pedagogia – FEBF/UERJ (Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

² Curso de Especialização lato-sensu – UNIGRANRIO (Universidade do Grande Rio).

Margareth Martins de Araújo (UFF/ Universidade Federal Fluminense e convidada da /Unigranrio). Foram momentos de muitas descobertas para mim, pois foi o meio que me oportunizou aprofundar o mínimo conhecimento que possuía sobre o assunto e, ampliar as possibilidades de lidar com esse segmento, crianças e suas famílias de maneira mais consciente e marcante. Posso dizer que também deixou registrado em minha memória que a escolha por atuar como Orientadora Educacional se firmava como um caminho profícuo.

Mesmo ainda não exercendo a função de Orientadora Educacional, com a formação que tinha, muito pude contribuir e participar das tomadas de decisões e planejamento com a equipe técnico-pedagógica-administrativa a qual fazia parte. Somente em 2012 pude concretizar o sonho de cursar a especialização em educação infantil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, que veio a somar com o fato de iniciar minha atuação como Orientadora Educacional. O ano de 2012 foi sem dúvidas, um ano de muitos acontecimentos! Ao ingressar no curso, meu foco era buscar compreender melhor as práticas e possibilidades de trabalho junto às crianças. Vislumbrei um universo de alternativas e, encantei-me ainda mais. Contudo pairava em mim a dificuldade em compreender o porquê alguns professores da rede de ensino em que atuo, embora participassem das formações em serviço, com diferentes temáticas (letramento, musicalidade, artes, psicomotricidade, e etc.), não conseguiam melhorar sua atuação com as crianças e ainda se colocavam engessados em suas práticas. Percebia que, somente, as temáticas selecionadas não davam conta de mudar as ações cotidianas com as crianças. Ou mesmo que, os momentos em que eram ofertadas tais formações pela Secretaria Municipal de Educação não eram possíveis contemplar todo o grupo, poucos participavam. Assim, ficava a sensação de que estava sempre faltando alguma coisa ou algo que fundamentasse as ideias advindas das formações e uma forma de melhor ofertar isso ao grupo. Conflitos que me motivaram a dedicar-me e aprofundar meus estudos sobre formação continuada³ e desenvolver minha monografia nesta segunda especialização.

Durante o período de 2013 a 2015, atuei como Implementadora na Divisão de Orientação Pedagógica⁴ na Secretaria Municipal de Educação de São João de Meriti, concomitante à função de Orientadora Educacional em uma Creche do município. Durante esse tempo pude colaborar como elo de diálogo e integração entre as Divisões responsáveis

³ Monografia apresentada como conclusão do curso, “QUE TAL UM POUCO DE PROSA?” Formação Continuada dos Profissionais da Educação Infantil: desafios e alternativas.

⁴ Nome dado na época ao Departamento de Orientação Pedagógica que era dissociado da Orientação Educacional.

pela Orientação Pedagógica e Educacional, haja vista que estava inserida em ambas, cada uma de um dado lugar de atuação.

Ao longo da minha trajetória no Município de São João de Meriti pude perceber a visão apresentada a seus profissionais por parte da Secretaria Municipal de Educação, a mesma era de um trabalho integrado, tanto que chegamos durante um período a ter como Departamento condutor para esse fazer, a Divisão de Orientação Pedagógica e Educacional, composta por ambos Orientadores. Ao longo do percurso foi percebido pela Secretaria Municipal de Educação, o que nomeio de “crise subjetiva” (ESTEVE, 2004), fruto da desorientação individual da Orientação Pedagógica e Educacional, em que tais profissionais começaram a realizar atividades não condizentes com suas funções, mesmo havendo um Regimento Escolar (Anexos 6 e 7) que permitia a clareza de tais funções, causando assim, lacunas nos aspectos da aprendizagem e acompanhamento dos alunos, resultado das transformações e ações sofridas nas Unidades Escolares no que tange à função das mesmas. A Subsecretaria Municipal de Educação passou então a focar nas ações específicas do Orientador Pedagógico (OP), Orientador Educacional (OE) e Diretor. O Subsecretário de Educação ocupante do cargo em 2013 mencionava, incessantemente, que a integração deveria ocorrer tal como na junção das cores azul e amarelo, onde cada uma, em sua especificidade, quando misturadas produzem a cor verde, resultada de um trabalho integrado. Ora, é evidente que o debate sobre a formação do profissional do curso de Pedagogia definido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, trouxe à cena diversos debates, dentre eles, as tensões do campo (AGUIAR et al, 2006). Ora momento de trabalho integrado, ora fragmentado. Mas o que estava sendo proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação deste profissional?

Essas divergências em pontos de vista e atuação sobre a função do pedagogo vêm norteando não apenas as Diretrizes Curriculares Nacionais no que tange à formação desses profissionais, como também o próprio perfil identitário no campo prático de tais sujeitos. Busca-se romper com a fragmentação do trabalho no interior da escola. Mas qual a melhor e mais eficiente maneira de se chegar a isso?

Medidas foram tomadas para melhor gerir essa situação. Tais como: formação continuada em horário de trabalho para as equipes de Orientadores Pedagógicos e Orientadores Educacionais da rede, a fim de expandir essa reflexão sobre as práticas realizadas no cotidiano de tais profissionais; a articulação das equipes de chefias da Subsecretaria Municipal de Educação junto aos Orientadores de Estudos da formação. Dessa

forma pretendia-se que todos se articulassem, planejassem e direcionassem suas ações de forma harmônica e com um mesmo propósito.

A princípio confesso que me senti desorientada. Ora um trabalho integrado, ora fragmentado. Já havia sido difícil estabelecer meu próprio fazer ao iniciar na função. Muitas comparações no modo de trabalhar eram feitas e pontuadas a mim. *Fulano fazia desse jeito. Você não fará tal coisa? Nós sempre fizemos assim!* Isso foi se desfazendo aos poucos quando apresentava os resultados alcançados com as mudanças propostas. Foi difícil, mas valeu a pena. Era eu mesma executando minhas atribuições, embasada na teoria, mas também em princípios e utopias que me constituem e que estavam prontas para aflorar pós-formação acadêmica. Como todo recém-formado, pensamos e desejamos fazer tudo de modo diferente e revolucionário. Deparava-me novamente com a proposta de mudar, de me estabelecer diante da proposta apresentada. Já estava tudo tão pronto, tão acomodado em mim. Novo ritmo de trabalho, me sentindo pressionada a enfrentar os novos desafios do Sistema Educacional, procurei seguir em frente. A pressão exercida, principalmente, por parte da Direção, enfatizava a todo o tempo que ao Orientador Educacional cabia apenas a função de acompanhar aos alunos e ao Orientador Pedagógico acompanhar apenas aos professores. Fala recorrente nesse período. Nessa perspectiva, a preocupação e a ocupação do Orientador Educacional deveriam estar voltadas exclusivamente para os alunos. Sobre eles, precisaríamos conhecer tudo: o que faziam em momentos de lazer, como eram suas famílias, suas necessidades... Foi então que comecei a reler alguns livros sobre Orientação Educacional na tentativa de reconstrução da minha identidade. Apropriar-me de algo que poderia ter ficado, de certo modo, perdido pelo caminho. Dessa forma, com leituras, reflexões sobre teoria e prática, meu cotidiano, minhas relações com a Equipe técnica-pedagógica-administrativa, Equipe Docente, Crianças e seus Responsáveis na Creche fizeram com que fosse possível sair da crise existencial, dar continuidade ao meu fazer na Orientação Educacional, com algumas pistas de quem sou eu, sugestão do meu foco, minhas raízes e a que minha vida profissional foi chamada a responder.

Como nos aponta Manoel de Barros (2008), acredito que algumas coisas e situações precisam ser repetidas e reiteradas diariamente a fim de que se tornem melhores ou de fato sejam concretizadas. Repetir é um dom do estilo e por que não dizer um dom do educador e, principalmente, do Orientador Educacional. Portanto, vamos persistir e continuar.

Acredito que crises e angústias sejam necessárias para nos fazer refletir e nos conduzir a possível saída de zonas de conforto e acomodação. Desse modo, podemos revitalizar nossa

vida e agir profissional. Como nos diz, Esteve (2004): “Depois de uma revolução, nada volta a ser igual” (p.19). Mesmo sendo silenciosa.

Escolho São João de Meriti como município acolhedor desta pesquisa em virtude a toda problemática que ocorreu e ainda ocorre no contexto da Orientação Educacional e por ser o *locus* de toda a experiência que desejava partilhar com outros sujeitos, leitores do fruto deste trabalho. A proposta inicial era abordar os Orientadores Educacionais que atuavam no segmento de Educação Infantil, trazendo este campo de atuação como foco da Orientação Educacional, utilizando o encontro como estratégia metodológica, pautado nas narrativas apresentadas pelos sujeitos de suas próprias histórias. Com o início das conversas, narrativas apresentadas, levantamento de material bibliográfico e de outros subsídios documentais que me auxiliaram com a trajetória da Orientação Educacional no Município de São João de Meriti, percebi que tinha diante de mim demandas e necessidades que não poderiam ficar delimitadas apenas a um segmento de atuação, mas que deveriam fluir com todo o grupo de Orientadores Educacionais da rede de ensino. Foi assim, no caminhar da pesquisa, que novos rumos foram sendo tomados, novas portas, novas possibilidades surgiam e como pesquisadora, que estava pronta a ouvir e me permitir ser alcançada pelo Outro, fui prosseguindo. Foi então que o objetivo central desta pesquisa se deslocou para promover uma discussão que levasse em consideração as experiências individuais que dão visibilidade aos aspectos que constituem a profissão e o campo de atuação. Esse objetivo se desdobrou em questões: Quem são esses profissionais? Como se veem? Como pensam sua formação? Como se percebem imersos em uma sociedade em constante modificação? E como suas práticas se constituem?

Busquei trazer como referencial teórico-metodológico o autor Bakhtin (2011, 2012), por adotar o princípio da exotopia, que se fundamenta no que ele chama de excedente de visão humana. O princípio de exotopia diz respeito ao fato de que só o outro pode nos dar acabamento. Nós nos vemos do ponto de vista dos outros. Portanto, o outro é necessário para completar a percepção que temos de nós mesmos. Exotopia significa desdobramento de olhares a partir de um lugar exterior. Esse lugar exterior permite que se veja do sujeito algo que o próprio sujeito nunca poderá ver por si mesmo. Adotei o encontro como instrumento estratégico e metodológico, para a escuta das histórias e memórias contadas pelos Orientadores Educacionais da Secretaria de Educação de São João de Meriti. Optei por utilizar o sobrenome dos participantes no momento da narrativa das histórias ouvidas e trazidas para a discussão e embasamento da pesquisa.

Ao iniciar o mestrado se descortinava um novo mundo para mim com as leituras que fazia de Bakhtin, com os diálogos que muito me enriqueciam durante os momentos com o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Linguagem e Diferenças (GEPELID). Mas foi a partir de ouvir várias histórias que me dei conta que precisava pensar as minhas histórias, as minhas lembranças da Orientação Educacional, e foi justamente durante a ida a uma das Unidades Escolares da Rede de Ensino Municipal de São João de Meriti em situação específica de trabalho, que durante o trajeto me veio à memória o gosto, o cheiro, a alegria por relembrar que em determinado momento de minha vida de estudante tive um encontro com uma Orientadora Educacional, mesmo não sendo o melhor deles.

Enquanto caminhava em direção à Escola Municipal Manoel Gonçalo, local em que cursei os Anos Iniciais do Ensino Fundamental pude reavivar algumas memórias que caíram no esquecimento. Ao subir a rua principal já pude sentir o sabor da coxinha de frango deliciosa que a vizinha vendia. Relembrei como eram as casas que abrigavam jacaré, tartarugas, arara, tucano. O vasto campo de grama e muitas árvores frutíferas que tinha nos fundos da escola, onde desfrutávamos de ampla variedade de frutas, dentre elas o famoso pé de umbu. Lá sempre estava um velho senhor que ficava de longe, de sentinela, da varanda de sua casa. Como brinquei de elástico, corda, queimado, vários piques... pude ser tão moleca, tão livre.

Hoje, a localidade não é a mesma, os vizinhos já se foram, a própria escola foi reconstruída. Esse campo foi todo tomado por casas e muros. Apesar de tudo ser diferente da época em que estudei os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as sensações e lembranças foram tantas que fizeram contemplar cada espaço e o tempo vivido neles. Até então, mesmo escrevendo sobre a Orientação Educacional só pensava em minha prática, em teoria e, em momento algum até então, havia pensado no encontro com os Orientadores Educacionais de meus tempos de aluna. Foi um baque relembrar que naquela escola eu passei por uma Orientadora Educacional. Lembro de seu porte físico, a cor de sua pele, sua voz meiga e, no entanto, não recordo seu nome. Recordo do momento em que precisei ser acolhida e pude contar com ela. Havia fugido de casa e fui me abrigar na casa de uma amiga de turma, cujos pais também eram amigos de minha família. Naquele período sofria *bullying* em casa e não sabia expressar que tudo aquilo me incomodava. Chorava, brigava dizendo que não queria ser chamada de Sofia⁵ ou que rissem dizendo: “Ca-la-da”, fala do personagem Nazareno⁶ mas

⁵ Sofia, esposa de Nazareno. Personagem criado por Chico Anysio na década de 80.

⁶ Nazareno (Luís do Amor Divino), funcionário público, casado com Sofia. Conhecido pelo famoso bordão “Ca-la-da” pronunciado a sua esposa. Personagem criado por Chico Anysio na década de 80.

ninguém percebia o quanto aquilo me fazia sofrer. Para eles, “os adultos”, era apenas uma brincadeira. Claro que no mesmo dia retornei à minha casa, levada pela mãe de minha amiga. Após esse episódio, com muita vergonha por minha atitude, só lembro de estar em baixo da árvore que ficava no pátio da escola, sentada com essa Orientadora Educacional conversando sobre meus sentimentos, o que me fez tomar aquela decisão e dela dizer que tudo se resolveria. Que conversaria com minha mãe, ajudaria explicar como me sentia e que sempre que se fizesse necessário conversar com alguém poderia procurá-la. Fiquei muito emocionada ao lembrar essa fase de minha vida. A partir dessa história fui lembrando quais outros profissionais passaram por minha vida, de modo que marcassem ou percebesse sua atuação direta. Até o momento não recordo. Lembro do nome, da pessoa, mas não lembro nada que tenha relação direta com minha vida, ou de meus colegas. Lembro da ‘salinha’⁷ onde sempre iam parar os alunos com mal comportamento, aqueles chamados de problemáticos.

Historicamente a Orientação Educacional tem sido uma função exercida por profissional formado no curso de pedagogia e/ou pós-graduação. Conflitos quanto a sua função ainda existem. Se para quem opta por exercer a função já pareça estar definido, ao menos, previamente, para os demais isso muitas vezes não aparente estar bem distinto. Apesar de o Orientador Educacional dizer que trabalha e que acredita no que faz, por vezes os próprios colegas de trabalho o vê como figura decorativa no ambiente escolar. Seja pela convivência direta com esse profissional, seja pela percepção constituída de modos distintos a partir do que seria a profissão do Orientador Educacional.

Tenho percebido ao longo de conversas tanto na Universidade, durante as disciplinas do mestrado, no grupo de pesquisa, como nas Unidades Escolares, que quando indagada quanto à pesquisa e, principalmente, sobre meu objeto de estudo, surgem falas do tipo:

“Para mim esse era o profissional que ficava numa sala isolada de todos e nunca soube o que ele fazia” (Carvalho, um dos professores responsáveis pelo GEPELID – Registros da Pesquisadora).

“Não existe mais nas escolas porque, talvez, o próprio governo entenda não ser necessária sua presença. Daí nem formar mais o pedagogo especialista e sim o pedagogo professor.” (Monteiro, Professora de uma das disciplinas eletivas ministradas no mestrado na UFRRJ – Registros da Pesquisadora)

O desconhecimento do que esse profissional de fato faz na sua prática e a relevância de sua atuação são sempre recorrentes nos diálogos, independente da esfera em que se dê a

⁷ Salinha – Palavra muito utilizada durante a pesquisa pelos sujeitos quando se reportam aos Orientadores Educacionais. Local em que muitas vezes se enclausuram e se distanciam de todos, segundo visão dos participantes da pesquisa e de alguns outros falantes que ao longo de minha prática costume ouvir..

discussão. O que faz necessário recorrer à sua história, sua constituição e sua trajetória ao longo desses anos.

Chamamos para esse diálogo e para fundamentar a questão proposta autores como: Giacaglia e Penteado (2013), Grinspun (2005) que abordam a Orientação Educacional no Brasil. Algumas observações são pontuadas por Grispun e merecem ser (re) pensadas nos dias de hoje, dentre elas: a questão de o Orientador Educacional ser visto de forma diferenciada dos professores não só no sentido de seu papel e de suas funções, mas na necessidade ou não de sua presença na escola. É recorrente precisar explicar, definir e argumentar sobre seu lugar no espaço da escola e da sociedade. A princípio podemos dizer que a Orientação Educacional teve, em sua origem, a função de ajustar os alunos problemas. Com o passar dos anos, novas possibilidades foram apresentadas, tal como o tripé ou Equipe Gestora (nome dado ao conjunto de Direção, Orientação Pedagógica e Orientação Educacional).

Acredito que o sujeito vive diferentes identidades que se modificam ao longo do tempo, constantemente. Para Bakhtin (2012) identidade é o que define o Eu e decorre de uma relação necessariamente alteritária.

A constituição do Eu sempre é concessão do outro. A iniciativa do diálogo é sempre do outro. E eu vou me constituindo no ato responsivo, fora de mim mesmo, mesmo que ao meu alcance. Vou me constituindo nos limites entre eu e o outro, vou existindo pelas ofertas do Outro. Nesse jogo a minha identidade é uma atividade coletiva, cujo ponto de partida é sempre o outro. (MIOTELLO & MOURA, 2013, p.50)

Percebo que a Orientação Educacional se consolidou *presa* em múltiplas identidades. Quando foi criada havia uma finalidade, um grupo específico. Era uma forma, um molde que seguíamos e os segmentos se encaixavam. Com o passar do tempo sofreu vários processos de metamorfose, se assim podemos chamar. O próprio curso de Pedagogia é um curso de muitos altos e baixos até hoje. Ora forma Orientadores Educacionais e Pedagógicos a nível de graduação, ora são formados a nível lato-sensu. É uma formação bastante oscilante e inconstante! Para discutir tal aspecto, abordaremos nesta dissertação a constituição do curso de Pedagogia e as tensões que culminaram nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006).

Esse é o pano de fundo para as histórias que serão contadas aqui.

Essa dissertação encontra-se dividida em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro, apresento o percurso trilhado. Conto como se deu o processo metodológico, a escolha do local e dos sujeitos envolvidos e participantes da pesquisa. A busca pelo lugar polifônico dos sujeitos, dadas as múltiplas faces de uma mesma

história contada por diversos sujeitos, cada um de seu ponto de vista, de suas realidades e seus contextos. O lugar a ser ocupado pelo pesquisador, haja vista que também é imerso no campo da pesquisa como profissional atuante na temática pesquisada, seus desdobramentos e acabamentos no desfecho de escrita e autoria.

No segundo, trago uma breve compreensão do que vem a ser a Orientação Educacional, como vem se estabelecendo, sua fundamentação, seus aspectos legais, suas fases de atuação e interação na sociedade. Proponho uma rápida abordagem sobre a formação e a tensão do campo enfrentada ao longo de sua existência. Autores como: Giacaglia e Penteado (2013), Grinspun (2005), Cruz (2009, 2012), Aguiar et al (2006) e Scheibe (2007), dentre outros, nos embasam com seus apontamentos e compreensão sobre as temáticas do curso de pedagogia, sua trajetória e suas diretrizes, bem como as tensões encontradas no campo.

No terceiro, proponho uma breve reflexão sobre aspectos que norteiam a prática e o fazer da Orientação Educacional nos âmbitos micro e macro diante do panorama apresentado nos capítulos anteriores, com o intuito de que se reflita a respeito do papel exercido por tais profissionais. Pensando a ação não apenas no interior, mas para além dos muros da escola. Assim como os desafios e perspectivas que tem sido ora instituído, ora conquistados.

Não foi a pretensão desta pesquisa realizar um quadro extensivo e minucioso da gênese e evolução da Orientação Educacional, mas permitir um breve recorte focado na atuação realizada pela Orientação Educacional no Município pesquisado. Certamente essa tarefa mais ampla exigiria um abrangente e minucioso levantamento e maior disponibilidade de tempo. Trago nas considerações finais apontamentos e proposições daquilo que nos foi possível perceber e analisar ao longo do trabalho.

Despeço-me da introdução com uma pergunta que me intriga e inquieta, me rouba noites de sono. Espero em breve me desprender e poder responder com toda alteridade e responsividade que me é possível. É a busca incessante do meu ato responsável. Como dar conta de uma escrita, que apresente quem são os sujeitos da pesquisa, as várias vivências, os múltiplos olhares, os diversos modos de atuação, as intenções? Espero poder colaborar com a discussão do assunto abordado e com a amplitude de possibilidades para o agir e o fazer dos atuais e futuros pedagogos, Orientadores Educacionais.

CAPÍTULO I O CAMINHO E SEUS ESTICADORES DE HORIZONTES

...que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.

Manoel de Barros

O presente capítulo consiste na apresentação de um percurso trilhado durante a pesquisa. Conta como se deu o processo metodológico, a escolha do local e dos sujeitos envolvidos. A busca pelo lugar polifônico dos sujeitos, dadas as múltiplas faces de uma mesma história contada por diversos sujeitos, cada um de seu ponto de vista, de suas realidades e seus contextos. O lugar a ser ocupado pelo pesquisador, haja vista que também é imerso no campo da pesquisa como profissional atuante na temática pesquisada, seus desdobramentos e acabamentos no desfecho de escrita e autoria.

1.1 O percurso

Pensar uma trajetória, uma jornada requer algumas indagações, tais como: onde estou? Aonde desejo chegar? Como pretendo chegar? Espero encontrar algo pronto, dado, acabado? Todas essas questões iniciais não são dadas de imediato, necessitam ser construídas ao longo do percurso. E muitas vezes desconstruídas em meio a passos firmes dados durante a caminhada, desde que permaneça a leveza, a simplicidade e o encantamento pelo fazer. Um método é algo imprescindível para melhor atingir o que se pretende, ou ao menos algo que nos transmita a sensação de segurança e de pertencimento a algo desconhecido no qual partimos em direção, mas que não estamos desorientados.

Tomo emprestadas as palavras de Geraldi (2012), quando nos aponta sutis diferenças operatórias entre método e metodologia:

Um método é um conjunto de princípios de descoberta que, seguidos com rigor, levam a descobertas surpreendentes. Descartes, seguindo seu método, descobriu coisas interessantes, mas se outro pesquisador seguir as mesmas regras somente descobrirá o que Descartes já descobrira: será preciso, para fazer descobertas surpreendentes, desobedecer ao método metodicamente diante de outros objetos sobre os quais se debruça o pesquisador. Fazer isso é dispor de uma metodologia: um modo particular, às vezes somente explicável *a posteriori* na dialética da exposição, quando se ordenam o que pode ter sido descoberto desordenadamente.

Dispor de uma metodologia é dispor de princípios, que precisam ser aliados à intrepidez, à astúcia, à argúcia e à perspicácia. Dispor de um método é ter corrimões definindo a caminhada para se descobrir o que previamente se conhecia, sem expor-se ao desconhecido. (p.24)

Método é percurso e, nesse caso, acredito que o melhor seja a alegria, o prazer e as tensões que o encontro pode nos proporcionar. Haja vista que o encontro ocorra com sujeitos distintos, com concepções distintas e com olhares diversos sobre um mesmo assunto, histórias e experiências de vida e trabalho únicas. Cada qual do seu ponto de vista e do local em que ocupam. Mas isso em si não é suficiente. O encontro por ele mesmo não é tudo. É apenas o início, mas é preciso mais, é preciso ir além. É necessário percorrer justamente um caminho onde o método não limite as expressões e vozes, tanto do pesquisador como dos demais sujeitos da pesquisa. Busquei a valorização do outro como sujeito único e como centro de valor e tentei desenvolver uma pesquisa sob a perspectiva dialógica, que contasse com o encontro não apenas como método, mas também metodologia, apoiada no referencial teórico-metodológico de Mikhail Bakhtin (2011). Não acredito que pudesse prosseguir durante a pesquisa de outra maneira, sem esse entrecruzamento do ponto de partida e caminhada dado no encontro.

Método não é algo que se ensina, para mim, é algo que se faz no caminhar. Não como receita pronta. Mas como algo construído junto a tudo que compõe a pesquisa: pessoas, circunstâncias, lugares, teóricos que trazemos ao diálogo e embasamento das discussões propostas.

Considereei os encontros como oportunidades de diálogo e interação sobre as perspectivas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa durante as conversas. Os mesmos se deram durante reuniões de trabalho, em espaços reservados do grande público, onde fosse possível um ambiente mais acolhedor para uma conversa informal, em espaço da própria Secretaria de Educação e Unidade Escolar. A preocupação que sempre repousou sobre mim durante esses encontros era proporcionar a liberdade e a leveza para que pudessem compartilhar aquilo que lhes viesse a mente e ao coração. Estava completamente seduzida pela possibilidade de encontrar com meus pares de profissão e ouvir suas histórias. Histórias que também contariam sobre o meu fazer enquanto Orientadora Educacional. Durante esses encontros foi possível ter acesso a exposição das memórias apresentadas pelos sujeitos “*seres falantes e expressantes*” como diz Bakhtin (2011, p.395), sendo possível, em muitos momentos, silenciar o próprio coração, estar disposta a uma escuta sensível, amorosa. Estar disposta a viver as tensões que o encontro poderia me proporcionar, me afetando e afetando

ao outro, me alterando e alterando ao outro. Segundo Passos, 2014: “(...) linguagem é incompletude, investir em uma escuta atenta das narrativas das experiências dos nossos interlocutores e interlocutoras” (p.228). Foi justamente com essa incompletude que pude perceber o campo a que me dispus pesquisar.

Esses encontros assim têm significado experiência no sentido daquilo que “nos afeta”, que “nos modifica” (BENJAMIN, 1994; LARROSA, 2002), modificando nossas práticas e nossa linguagem. Esse compartilhamento da experiência deflagra mudança de comportamento e de pontos de vista em ambas as partes, fazendo o sujeito ressignificar o outro na mesma medida em que se ressignifica. (PASSOS, 2014, p.234)

Convites foram realizados para que ocorresse a adesão por meio de livre interesse dos Orientadores Educacionais da Rede Pública Municipal de São João de Meriti para participação e realização da pesquisa. Todos os envolvidos sabiam que estávamos a conversar sobre o rumo da Orientação Educacional e a colaborar com uma pesquisa que abordava a trajetória profissional desses sujeitos. Seriam histórias contadas do ponto de vista de cada um, a partir de suas próprias impressões e transcritas para um gênero do discurso, na perspectiva daquele a quem compete esse papel, a pesquisadora.

Qualquer objeto do saber (incluindo o homem) pode ser percebido e conhecido como coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado como coisa porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico. (BAKHTIN, 2011, p.400)

Foi preciso parar e pensar arduamente em como contar a pesquisa. Qual seria o primeiro passo? Como se daria a organização do material? Quais aspectos foram mais relevantes? Que enunciados deveriam ser destacados e trazidos ao diálogo? Que procedimentos utilizar para narrar uma história que pudesse dar conta de tantas outras?

Busquei encontrar no outro, nas palavras lançadas pelo outro, a explicitação do que sabem, do que pensam, das expectativas que trazem consigo no momento do encontro. Essa é a minha tática, tomando, emprestadas, as palavras de Amorim (1987) minha “estratégia enunciativa” (p.134) para tentar dar conta desse mistério, como lugar de descoberta e desenrolar da história dos muitos encontros.

O detetive aqui está o tempo todo na linha de frente da ação e participa dela diretamente, o que faz com que esteja frequentemente ferido, surrado, em perigo de morte ou em estado deplorável. (AMORIM, 1987, p.134)

Linha de frente, ali eu estava. Diretamente envolvida na ação, no campo. Mesmo com papéis distintos, com vários *eus*, momento autor, momento personagem... como nos aponta

Bakhtin. Por vezes me senti vulnerável como o caso do detetive descrito por Amorim, 1987: “com barba por fazer, sem dormir e morto de fome. Só aparece fumando ou bebendo. Mas tudo que se passa nele ou com ele remete ao objeto de investigação” (p.135). Não bebo, não fumo, não tenho barba por fazer..., no entanto também muitas vezes tive fome, sono, exaustão. Tudo que fazia, pensava ou o que se passava a meu redor, seja no trabalho ou no cotidiano me remetia à pesquisa. Tudo me alterava e por consequência alterava a pesquisa, alterava a escrita, a análise e os resultados. Procurei estranhar o que me é familiar⁸, isto foi um grande desafio para mim. Haja vista, que também atuo como Orientadora Educacional na rede em que realizo a pesquisa.

Velho (1978) nos faz perceber que, mesmo estando em um ambiente familiar, estando acostumado a ele, ainda assim, podemos não compreender a lógica de suas relações, acontecimentos e, aquilo com que estamos lidando habitualmente pode ser estranhado.

O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações. O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral é particularmente útil, pois, ao se focalizarem situações de drama social, pode-se registrar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas, etc., permitindo remapeamentos da sociedade. (VELHO, 1978)

Esforçei-me em analisar e compreender interativamente os encontros e os diálogos com os sujeitos da pesquisa. Brandão nos aponta que “estar pessoalmente atento ao outro não procede de uma teoria, mas de um profundo sentimento de amor e de desejo de compreensão” (2003, p. 207) e que necessitamos estar dispostos a ouvir e perceber o outro, silenciando a boca e o coração, para assim o fazer por completo, pois, como nos diz Bakhtin (2011, p.394), “os elementos de expressão (o corpo, não como materialidade morta, o rosto, os olhos, etc.); neles se cruzam e se combinam duas consciências (a do eu e a do outro)”.

Busquei proporcionar um encontro dialógico entre teoria (muitas leituras, referências bibliográficas, legislações) e prática, mas, principalmente, reconhecendo-os durante todo o trajeto percorrido: projeto, processo e produto da pesquisa.

Em uma relação dialógica, não podemos nos esquecer daquilo que o outro nos sugere, nos aponta. Os conceitos de exotopia e excedente de visão nos direcionam justamente para esse intuito. Bakhtin nos diz que do ponto de onde nos encontramos jamais perceberemos

⁸ Transformar o "exótico em familiar e o familiar em exótico" (...) O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto, conhecido. (VELHO, 1978)

aquilo que nos foge ao olhar, ao nosso campo de visão. Que sempre necessitaremos de um outro para nos apresentar aquilo que não somos capazes de ver do lugar que ocupamos. Sempre haverá algo que fugirá ao nosso campo de visão. É assim na vida e também no campo da pesquisa. Esse algo mais que o outro nos presenteia é o que Bakhtin chama de excedente de visão.

Mesmo para compreender o outro, vou até ele, mas volto ao meu lugar. Apenas do meu lugar, único, singular, ocupado apenas por mim, é que posso compreender o outro e estabelecer com ele uma inter-ação. (...) A exotopia é minha possibilidade de responder. E também é minha obrigação de assumir minha responsabilidade. Ser responsivo e responsável são decorrências de minha extra-localização em relação ao Outro. (GEge, 2009, p.23)

A esse comprometimento responsivo e responsável, somos chamados, não podemos nos omitir. De igual modo que contemplo os excedentes que os sujeitos da pesquisa não podem contemplar, assim preciso estar para com os excedentes que me são revelados pelo outro. A proposta foi fazer prevalecer durante todo o trajeto o respeito e o comprometimento com cada sujeito expressivo e falante apresentados na dissertação do mestrado.

Eu não posso, ao contemplar-me, realizar um acabamento de mim, pois não me é possível abarcar todos os elementos plásticos e picturais, isto é, o horizonte atrás de mim e a minha própria imagem externa, nem expressividades volitivo-emocionais que constituirão um todo. E também porque essa minha autocontemplação se realiza na linguagem das minhas auto-sensações internas; em outras palavras, seria demasiadamente subjetiva. Deste modo, o acabamento que o outro me dá, e que só é possível a ele pela posição que ocupa em relação a mim, é uma conferência de valores aos elementos (que me completam) que me são inacessíveis e transgredientes. Como vivo em sociedade, com outros, este acabamento é provisório até o encontro com outra alteridade. (GEge, 2009, p.7)

Deparei-me com a responsabilidade que iria muito além de falar das práticas, mas da própria constituição deste profissional no contexto em que encontrei. Faltava-nos um patrimônio documental, um registro que pudesse nos favorecer ao acesso de tais informações. Segundo a Coordenadora de Legislação do Município quando solicitado material que pudesse nortear a história da Orientação Educacional do Município nos foi dito que outras pessoas já haviam solicitado e não haviam encontrado nada, nem mesmo legislações anteriores. Sua equipe fez nova busca nos arquivos antigos e para minha surpresa realmente não há vestígio de documentos ou registro das práticas realizadas desde a emancipação do Município, em 21 de agosto de 1947, que no presente ano completa 70 anos. Só a partir da SEMEar, 1997, primeira proposta pedagógica do Município ocorre o registro sobre a função e direcionamento para quem ocupa o cargo.

No Brasil a Constituição Federal de 1988 define os documentos públicos como patrimônio cultural do País. Entendo que estes documentos constituem a história e a memória de nossa sociedade e proporcionam até mesmo a identidade de trabalho de um grupo como este. Portanto faz-se necessário deixar registrado e tornar público as memórias da Orientação Educacional de São João de Meriti, bem como suas práticas ao longo de seus 70 anos. Sempre que um cidadão necessite ter acesso a tais dados, estes precisam estar disponíveis. O direito de acesso, previsto constitucionalmente, é regulamentado pela Lei de Acesso à Informação. Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. (Artigo 1º, Lei Nº 12.527, Congresso Nacional – Casa Civil).

Diante das circunstâncias encontradas no caminho, tomei novo rumo com os diálogos estabelecidos durante os encontros com aqueles que narravam suas histórias. Comecei a nortear a conversa não apenas perpassando suas práticas, o que havia levado tais orientadores a optarem por essa carreira e fui aos poucos resgatando por meio das narrativas a história e constituição de um grupo de profissionais que merece ter seus registros públicos. Dos que iniciaram esse trabalho alguns já aposentaram, outros faleceram e fui presenteada com a possibilidade de encontrar com alguns ainda na ativa. Pude compartilhar de encontros muitíssimos prazerosos e inquietantes para ambas as partes, para aquele que narrava e a mim que me imbuía de tantas lembranças, palavras alheias e que aos poucos se tornaram minhas. Recordavam de trabalhos realizados, projetos, modo como foram se constituindo o grupo que são. No entanto, não recordam de legislação pertinente a não ser o regimento e proposta pedagógica. Mas estão profundamente marcados por toda sua trajetória e, por meio de suas lembranças e suas memórias, foi permitido trilhar um recontar dessa história.

Sob o ponto de vista de Pereira, a memória é:

(...) a capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informações disponíveis tanto no cérebro como em outros mecanismos artificiais como, por exemplo, a memória de um computador, ou nos documentos de arquivo. (...). É através dela que damos significado ao cotidiano (PEREIRA, 2011, p.23)

Precisamos destacar a importância e relevância na preservação da memória. Esse é um tema em destaque nos últimos anos, a preocupação com a conservação de registros de memória, nos diferentes contextos e suportes, justifica a reflexão sobre o perigo de esquecer ou perder tais registros que relatam fatos históricos marcantes de uma determinada sociedade ou grupo social.

O Orientador Educacional como produtor de conhecimento deve sem dúvidas, preservar sua história e sua cultura, pois se entende que delas provem a atual identidade daqueles que exercem o fazer nos dias atuais e vindouros. Memória por meio de registro é o modo de se rever o passado no presente e ampliar as possibilidades, novos fazeres, novos modos de existir.

Propus ampliar os conhecimentos sobre o campo da Orientação Educacional, seus sujeitos, não propor verdades ou estereótipos, mas caminhos e possibilidades. Buscamos no encontro, no diálogo essa ação. Vivi na pesquisa o dialogismo enquanto princípio, não como mera reprodução de falas. Dialogismo enquanto postura, “o dar um passo responsivamente no conhecimento, a compreensão ativo-dialógica que não pode prescindir da posição valorativa.” (GEge, 2012, p.9)

Responsabilidade e responsividade, “ao mesmo tempo em que sou responsável pelo que faço e digo, também faço e digo em resposta a uma série de elementos presentes em minha vida como signos.” (GEge, 2009, p.40) É nesse movimento dialógico que nos constituímos e colaboramos na constituição de outros, em uma escuta atenta desses signos que estão sempre na fronteira de ambos que traçam um diálogo. Como não pensar em ética em tal relação? A ética está diretamente ligada ao ato de viver, que é único do sujeito e intransponível, ausente de alibi. Respondemos com nossa vida. Não nos cabe, segundo Bakhtin (2011), eximir-nos de nossa responsabilidade, pois é mais fácil criar sem responder pela vida e mais fácil viver sem contar com a arte (XXXIV).

Bakhtin nos convida a pensar e a fazer pesquisa nas ciências humanas a partir da dimensão do amor, não do amor subjetivo, psicológico ou biológico; pensar o amor nas pesquisas como ação do pesquisador na relação com seu objeto de pesquisa. Olhar para o evento que é único, por isso singular ao sujeito, no viver e no agir. Pensar na amorosidade como nos propõe Bakhtin é pensar na própria vida, nas relações sociais de qualquer natureza. Tornar-se amoroso é rejeitar o modelo dominante, é viver uma relação produtiva e rica com o outro.

O amor é envolvimento ativo e responsivo com o outro, é capacidade de direcionar a ele uma atenção interessada no sentido de uma atenção que nada tem a ver com papéis sociais, funcionalizações, identidades. É uma atenção a outrem, na sua alteridade. (Dias, 2013, p.92).

Como falar em ato responsável sem considerar a amorosidade que permeia todo pensamento de Bakhtin? Isso não tem a ver com sentimentalismo, mas com valor, reconhecer o outro como um ser de valor. Não falamos de algo fácil. Amar é algo complexo e difícil.

É uma grande revolução nas ciências humanas, pesquisar a respeito de um sujeito que fala, que pensa, que pode se expressar, que interfere e que não controlamos. São dois centros de valores: eu e o outro. É um lugar não dado, conquistado através das relações estabelecidas. O homem é um valor absoluto em si mesmo.

Fomos convidados a deixar que os encontros nos afetem e não apenas para um determinado fim ou mera produção textual, que vá além... que alcance a própria vida. “Tudo é um ato meu, também o pensamento e o sentimento” (PONZIO, 2012, p.9). O passo que dou, sou responsável por ele. Todo ato é resposta a algo ou alguém. Toda pesquisa é ato único e intransferível, tanto para o Professor-Orientador como para o Orientando-Pesquisador. Ambos são responsáveis, cada qual com seu ato responsável.

O texto é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências), a única a qual podem provir essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento. (Bakhtin, 2011, p. 307) Texto aqui para ele nada mais é do que palavra sobre palavra, vivência das vivências, são os próprios pensamentos acerca do que se passa em nosso cotidiano. Tem um sentido mais amplo de possibilidades. Trata-se da exposição de suas vontades, sentimentos, experiências, memórias... e que através dessas memórias podem emergir para nós, pesquisadores, experiências identitárias que nos possibilitarão perseguir um caminho válido para a construção de um conhecimento reconhecido no mundo acadêmico. “A atividade estética começa propriamente quando retornamos a nós mesmos e ao nosso lugar fora da pessoa que sofre, quando enformados e damos acabamento ao material da compenetração” (Bakhtin, 2011, p.25). Embora me pareça muito que isso esteja entrelaçado.

Mesmo a narrativa mais realista não consegue afastar do receptor a forte impressão de uma certa magia, um certo poder inexplicável de que é dotado o ser humano que reinventa o mundo através das palavras, das imagens e da combinação desses dois elementos. (BRAIT, 1985, p.70)

A compenetração é justamente tentar me colocar no lugar do outro, o que só me é possível parcialmente, pois jamais poderei ocupar seu lugar, seus sentimentos, a plenitude de suas vivências. Tudo isso é único àquele que vive, naquele momento do fato ocorrido. Poderei tentar compreender e fazer uma releitura de tudo do ponto de vista, do lugar em que ocupo, a partir das minhas experiências de vida, dos conhecimentos adquiridos até o momento, que também me são únicos. Mas em si, esse ato de escrita, de acabamento, de autoria é único para o escritor, para a pesquisadora e tão somente a ela compete esse papel. A escolha é dela dos episódios mais significativos, que obtiveram maior relevância que entrelaçaram com seu

tema, que trazem a tona enunciados que fazem aflorar em seu auditório social o desejo em prosseguir com a leitura e a sensação de sentir-se parte do texto, de querer estabelecer um diálogo com autor e personagem do texto.

1.2 Município anfitrião da pesquisa

São João de Meriti é considerada a cidade que concentra a maior densidade demográfica da América Latina, conhecida como “Formigueiro das Américas”, localizada na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com último Censo Demográfico (2015), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população era de 460.625 habitantes, sendo 13.024,56 de habitantes por quilômetro quadrado. É um município urbano, embora se assemelhe bastante com a área rural, de cidade de interior. Ao longo de sua história percebemos que a grande massa de sua população é proveniente de sujeitos de camadas populares. É um município oriundo de população indígena, os tamoiós, sobrevivia da agricultura da cana de açúcar, embora seja mencionado em sua história que seu solo seja pobre, com trechos muito baixos, sujeita a enchentes periódicas, provocadas pelo transbordamento dos rios. Cidade que se constituiu e se consolidou com a presença de muitos escravos, o que ocasiona nos dias atuais o grau de desigualdade de desenvolvimento social, financeiro e educacional da população.

Nos últimos meses da pesquisa pude ouvir alguns relatos muito enriquecedores sobre a história deste município. No entanto, a pesquisa pretendida não era contar a história do local e sim da Orientação Educacional. Deixo a sugestão para aqueles que tenham interesse que narrem e registrem as histórias contadas por seus moradores dos locais históricos que fundamentam a trajetória e os muitos feitos desta Cidade. Principalmente com o intuito de que seja socializada com os alunos, como parte das raízes de seu município, de seus bairros e que precisam ser contadas e recontadas quantas vezes necessárias. Possibilitando que este povo possa transver para além do que seus olhos têm visto. Que haja apropriação de suas raízes e valorização da história que os constituem e que possibilitará sair do não-lugar que tem ocupado.

Foi exatamente nesta Cidade em que cresci, estudei em suas escolas municipais durante todo o Ensino Fundamental, sou moradora, sou funcionária pública municipal e trabalho justamente com essa população, a classe popular da Baixada Fluminense e povo Meritiense. A razão principal pela escolha do Município se dá totalmente pela relação

estabelecida entre mim e o lugar. Aquilo que posso contribuir no papel de pesquisadora no local em que habito e em que atuo enquanto profissional.

1.3 O lócus da pesquisa

A pesquisa aconteceu na Secretaria Municipal de Educação do Município de São João de Meriti, especificamente com aqueles que ocupam cargo/função de Orientador Educacional em Unidades Escolares ou Departamentos Internos da Subsecretaria Municipal de Educação. A fim de subsidiar e apoiar a pesquisa também obtive a participação dos Departamentos da Subsecretaria Municipal de Educação, dentre eles: Orientação Pedagógica Educacional, Censo Escolar e Estatística, Recursos Humanos, Coordenadoria de Ensino e Coordenadoria de Supervisão Escolar.

De acordo com informações prestadas pelo Departamento de Censo Escolar e Estatística da Secretaria Municipal de Educação, referente a matrícula inicial de 2016⁹, a Rede de Ensino contava com 63 unidades escolares, 25.155 alunos. Considerando o atendimento ofertado no Programa Mais Educação e Atividades Educacionais Especializadas (AEE) esse quantitativo é elevado para o número de 28.523 alunos atendidos. Segue abaixo Quadro 1 com disposição das matrículas ofertadas por segmento, bem como seu fechamento ao término no Censo 2016:

	Educação Especial	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Educação de Jovens e Adultos	
	Alunos Inclusos	Creche – 0 a 3 anos	Pré Escolar 4 e 5 anos	Anos Iniciais – 1º ao 5º ano	Anos Finais – 6º ao 9º ano	Presencial	Semi presencial
Matricula Inicial Maio/2016	395	1474	3.360	14.769	2.699	1.714	744
Matricula Final Dezembro/2016	411	1.379	3.145	14.434	2.619	809	740

Quadro 1: Distribuição das matrículas/Censo Escolar 2016. Fonte: IBGE 2016

Na época a Rede de Ensino possuía em seu quadro funcional uma equipe composta por 215 Orientadores Pedagógicos e Educacionais, profissionais habilitados e concursados, sendo 103 Orientadores Pedagógicos e 112 Orientadores Educacionais. Os mesmos atuavam

⁹Maio como mês base para tabulação de dados, matrícula inicial e dezembro como mês base para encerramento de alunos matriculados e permanentes na Secretaria Municipal de Educação. Mesmos dados informados ao Censo 2016.

nas unidades escolares assim como, nos Departamentos Internos da Subsecretaria de Educação.

Todos os segmentos ao longo do ano letivo de 2016 tiveram entradas e saídas durante o período, no entanto apenas o quantitativo de alunos inclusos superou o quantitativo inicial. A forte diferença apresentada no segmento de Educação de Jovens e Adultos se deu em virtude do encerramento ocorrido em setembro, do Projeto Projovem Trabalhador, promovido pelo Ministério do Trabalho em parceria com a Prefeitura da Cidade de São João de Meriti.

Não foi possível por meio do Censo Escolar 2016 ter acesso à tabela oficial das evasões e transferências ocorridas. O material tem sido disponibilizado em partes para os Municípios, sendo possível apenas contar com dados preliminares.

1.4 Transver o mundo... um ato de exotopia, excedente de visão e acabamentos

Transver algo é possibilitar ver além, um olhar distinto daquilo que já é permitido ser visto, ou mesmo possibilitado em meio as circunstâncias. Transver os vários olhares dispensados à Orientação Educacional ao longo de sua existência não é algo fácil. São muitas e praticamente infinitas as possibilidades de desdobramento de olhares. Como nos diz o poeta Manoel de Barros em seu vídeo: *Só dez por cento é mentira*, 2008: O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê. É preciso transver o mundo, o olho já tem visto, a lembrança já ocupa o seu espaço, no entanto precisamos transver, olhar além.

Após transver o campo da pesquisa e seus sujeitos podemos dizer que o momento seguinte é outro. É aquele a quem nomeio de tarefa, o momento de organizar uma escrita com foco nas memórias, vivências e experiências de Orientadores Educacionais, que têm amplas possibilidades de desdobramentos de olhares para fatos comuns, cada um com seu ponto de vista, do lugar onde seus pés estão firmados e que puderam e podem viver tantas histórias.

Exito inicialmente no como fazer. Como dar conta de uma escrita responsiva e responsável a ponto de que tais sujeitos se reconheçam e se sintam parte da mesma? Como bem disse Geraldi (2013):

Um autor se dispõe a escrever algo, senta-se diante da mesa e olha impotente a folha de papel em branco diante dele. Antes de pegar a caneta e dispor-se a escrever, tinha tantas ideias em mente. (p. 131)

Tinha tantas ideias, mas no momento em que me vejo frente ao computador, momento de transcrever, de dar forma a tudo que presenciei e ouvi, paira a sensação de vazio, de impotência. Faltaram as palavras. Havia que se pensar bem, no passo que seria dado.

Busquei algumas alternativas para elucidar meu pensamento. Fui ao encontro com Beth Brait em “A personagem”¹⁰, não me foi suficiente. Fui levada a caminhar em terreno da linguística. Não era o que desejava. Elucidou-me bastante, mas ainda pairava muitas dúvidas, angústias e anseios. Então, busquei de forma alternativa e bem descontraída, à base de pipoca e guaraná, após indicação dada no momento da qualificação da pesquisa, assistir ao filme “Narradores de Javé”¹¹. O filme relata uma comunidade sob risco de ser inundada por uma represa e que tenta transformar sua cidade num bem imaterial, para escapar ao destino anunciado. Os moradores resolveram fazer um ‘dossiê científico’. Não se tratava de uma escrita qualquer, deveria ser algo reconhecido cientificamente. Para tal, buscam ajuda no único personagem alfabetizado da cidade, embora soubessem que não era a pessoa mais confiável, devido aos seus feitos anteriores.

Cada qual conta a história de Javé sob sua perspectiva, mostrando o quanto a “realidade” decorre da perspectiva de quem a vivencia. Para finalizar a história, foram tantas as pressões exercidas sobre o escriba que o mesmo se julgou incapaz de dar conta do serviço solicitado. Sugeri então que: “*São tantas histórias da mesma coisa que papel não dá conta disso*” (Fala do personagem Antonio Biá).

Ao término vemos Biá, após todo sofrimento por não ter sido capaz de dar conta dessa escrita, se voltar ao povo que restou, com seu lápis e caderno, escrevendo a história do Povo do Vale de Javé. Agora do seu ponto de vista, de suas impressões, com seus acabamentos.

Foi exatamente desse ponto que resolvi dar início à minha escrita. Me vejo exatamente assim, inquieta com tantas vozes, tantas pressões éticas e estéticas às quais preciso responder e, como fazer? Penso que através das memórias, por meio das narrativas podemos dar sentido às identidades que têm sido constituídas e o modo como isso vem ocorrendo. Busquei ajuda em Bakhtin, em seu conceito de polifonia, na circulação da palavra, no diálogo, na linguagem. Na palavra que está sempre emprenhada de sentidos, juízos e valores. Palavra que precisa de contexto para ser compreendida. Que necessita ser pré-julgada para um entendimento, um valoramento.

Para que essa polifonia prevaleça e se sobressaia não posso silenciar tantas vozes e fazer emergir uma única história, após tantas versões apresentadas, como sendo a história oficial, a história real e concreta dos fatos ocorridos. Seria cruel e excludente com todos os sujeitos envolvidos. Não poderia jamais ousar dizer que essas pessoas foram sujeitos da

¹⁰ BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1985.

¹¹ CAFFÉ, Eliane. **Narradores de Javé**. Filme. Brasil: 2004.

pesquisa tal como nos aponta a perspectiva bakhtiniana e, sim que prevaleceria a visão de pessoas como simples objetos de uma pesquisa.

Após estabelecido o diálogo por meio dos encontros durante a pesquisa e todo o contexto que lhe estava sendo atribuído, precisávamos partir para a análise e o modo como se daria conta das tantas conversas. Para tal foi adotada a dinâmica de contar com minhas palavras, as muitas palavras alheias que recebi. Utilizei narrativas na terceira pessoa do singular, mantendo o sobrenome dos envolvidos. Assim permaneceria o sentido polifônico da pesquisa. A análise por categorias se deu no decorrer do texto, trazendo a relação entre teoria, as impressões e narrativas dos diálogos.

CAPÍTULO II

A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

A ideia norteadora desse capítulo é possibilitar uma compreensão anterior ao ambiente escolar do que vem a ser a Orientação Educacional, como vem se estabelecendo, sua fundamentação, seus aspectos legais, suas fases de atuação e interação na sociedade. Atualmente, como está a Orientação Educacional no Brasil? Como tem se dado sua formação? Propomos também um pouco da formação e da tensão do campo enfrentada ao longo de sua existência.

2.1 Sua gênese

Falar em orientação nos remete a pensar em tempos bem distantes... quando sequer tínhamos a ideia de educação como temos hoje. Desde o nosso nascimento, nós seres humanos, necessitamos da orientação alheia. De alguém que nos guie, nos conduza, nos aponte o caminho, que nos apresente nossas histórias e nos mostre o contexto social bem como as regras de convivência necessárias para nossa existência e permanência nesse meio. Vigotski (1998) nos leva a pensar na importante mediação feita pelo outro e pela linguagem.

Pensemos as palavras orientar e orientação, segundo Dicionário Didático de Língua Portuguesa, 2011:

Orientação - Ato ou efeito de orientar(se); determinação da posição ou direção de algo em relação aos pontos cardeais; informação ou conselho sobre algo necessário a alguém; tendência, inclinação ou interesse por um determinado ponto de vista.

Orientar – Colocar(se) em uma posição dirigida a um ponto cardinal, especialmente se for para o oriente; determinar a posição ou a direção de (algo ou alguém); nortear(se) ou informar(se) (alguém) sobre algo desconhecido. (p.600)

O significado das palavras acima traz consigo uma visão de que estamos sempre em direção a algo ou alguém, que necessitamos de orientações para tal. Seja para chegar a determinado lugar, a determinada pessoa, ou mesmo quanto ao que queremos acreditar ou conhecer. Lançamos-nos ou somos lançados para tal.

Todos os seres humanos, independente da idade, maturidade ou da condição social têm a necessidade, em algum momento de sua vida, de ter alguém com mais experiência¹² a fim de lhe direcionar ou apontar possíveis caminhos ou opções a serem seguidos.

Entre os humanos, tem-se notícia de que, desde priscas eras, sempre existiu a necessidade, por parte das gerações mais velhas, não só de prover como também de socializar e instruir as gerações mais novas, utilizando-se, para tanto, a princípio, da educação e da orientação informais e, mais tarde, da instrução formal, via escolarização. (GIACAGLIA e PENTEADO, 2013, p.3)

A Orientação Educacional tem sua origem atrelada à orientação vocacional ou profissional. Tal conceito nasce no Velho Mundo, na Europa, embrionado na Revolução Industrial.

No início a própria orientação vocacional ou profissional foi instituída não com a finalidade de orientar aos trabalhadores quanto às suas potencialidades ou melhores escolhas profissionais, mas sim com a finalidade de direcionar para aquilo que o sujeito estava inapto a exercer. Tal situação ocorre na Revolução Industrial, evento esse que modificou não só a educação como a sociedade. Muitos adultos sejam homens, mulheres e, principalmente, crianças, foram conduzidos ao trabalho nas indústrias. O número de acidentes era gritante e interferia diretamente nas produções. Com isso passou-se a utilizar de testes vocacionais para detectar o que não poderia ser desempenhado pelo profissional e conseqüentemente direcioná-lo para as opções restantes.

Com o tempo esse cenário mudou. Começaram então a ser aplicados testes vocacionais que permitiam traçar um perfil do profissional levando em consideração aspectos pessoais e aptidões para funções específicas, assim como o conhecimento ou informação que o sujeito acumulava sobre determinada área profissional.

Parsons¹³ foi o homem que mudou o paradigma da orientação vocacional. Utilizava-se da máxima: escolher o homem certo para a função. Sua avaliação se dava por meio de três passos: 1. Análise das características do indivíduo; 2. Análise das características das ocupações e, 3. Cruzamento dessas informações. Dessa forma, a orientação vocacional ou profissional baseava-se na promoção do autoconhecimento e no fornecimento de formação profissional.

¹² Experiência – Intensidade naquilo que já viveu ou vivenciou, independe do tempo ou quantidade e, sim, a qualidade.

¹³ Frank Parsons é considerado na literatura internacional o pai da orientação vocacional, profissional e de carreira, em função de seu pioneirismo na sistematização teórico-técnico dos primeiros trabalhos da área realizados em Boston nos Estados Unidos.

Um movimento importante que devemos ressaltar foi a educação compulsória para todas as crianças, ocorrido no período de 1890 a 1930, nos Estados Unidos (EUA), cuja máxima era: lugar de criança é na escola! Período em que o país sofria com a intensa imigração, assim como a inserção da criança na vida urbana, levando a promulgação de leis sobre o trabalho infantil e a inserção obrigatória da criança na educação formal. “Na teoria, deu ensejo ao desenvolvimento de um novo ramo da psicologia, a psicologia da criança” (GIACAGLIA e PENTEADO, 2013, p.4).

A organização dos trabalhadores em entidades de classe e sindicais reivindicam que as crianças não mais trabalhem. São criadas condições para que os pais permaneçam no trabalho e seus filhos em suas casas. Com isso aumentou o número de acidentes domésticos, o que gerou a necessidade de uma cuidadora, que prestava seus serviços em sua própria casa. Posteriormente, ocasionou a criação de instituições com a presença de tutores que não apenas as cuidavam, mas ensinavam aquilo que futuramente poderia ser utilizado no ambiente de trabalho como funcionários de tais fábricas. Percebemos na ação acima que a função de orientação já ocorria, no entanto, não havia o cargo ou a pessoa instituída para tal.

No âmbito escolar, esse movimento aumentou significativamente o número de alunos, bem como a diversidade da população atendida em termos de etnia, de classe social, saúde física e mental. Tal fato sugestionou a possibilidade de termos nas escolas uma variedade de profissionais tais como enfermeiros, médicos, assistentes sociais escolares, conselheiros ou psicólogos escolares, sendo necessário pensar a esse respeito. Financeiramente seria inviável tal aquisição, surge à ideia de que alguém de dentro da escola pudesse sinalizar quais seriam as crianças que necessitavam de atendimento e em quais áreas. Havia a opção de se contar com um psicólogo escolar, dentro ou fora da escola. Esse se concentraria apenas em aplicar testes para detectar alunos com problemas psíquicos e acompanhá-los. Para os demais casos que necessitavam de outros encaminhamentos, seria designado um educador especializado (Orientador Educacional). A esse profissional caberia: acompanhar a população estudantil como um todo, não apenas de alunos com problemas psicológicos; lidar com diferentes aspectos da vida escolar, como os relacionamentos: entre alunos, alunos e escola, alunos e professores, assim como se relacionar com os pais dos alunos, dentre outras atribuições.

2.2 A Orientação Educacional no Brasil

Apresentamos a seguir um panorama da trajetória da Orientação Educacional no Brasil. Consideraremos a trajetória exposta no quadro abaixo.

Linha do tempo da Orientação Educacional no Brasil						
1920 a 1941	1942 a 1960	1961 a 1970	1971 a 1980	1980	1990	2000 a 2017
Período implementa dor	Período institucional e legalista	Período formador	Período das fragilidades	Período das indagações	Período norteador e crucial	Período de novas possibilida des

Quadro 2: Linha do tempo da Orientação Educacional.

1920 a 1941 - Período Implementador

A implantação da Orientação Educacional no Brasil ocorreu de forma bastante superficial, que segundo Giacaglia e Penteado (2013), acarretou em vários problemas, não apenas em sua implantação, mas em seu desenvolvimento e, muitos perduram ainda hoje (p.19). Para ampliar nosso entendimento, vejamos abaixo:

Que, não obstante a necessidade criada pelas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais advindas da revolução industrial, pelas quais, ainda que mais tardiamente, também passou o nosso país, a OE surge, na escola brasileira, não motivada por tais transformações, mas por influência estrangeira, principalmente dos EUA; e que, a uma profusão de leis e a uma legislação de certo modo avançada para a época, não corresponderia uma realidade que tornasse viável a implementação do que estatuíam as leis. (p.19)

No Brasil, o primeiro serviço de Orientação Educacional foi criado em 1931, pelo professor Lourenço Filho, enquanto chefe do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, com nome de Serviço de Orientação Profissional e Educacional, dirigido pela professora, brasileira, Noemi da Silveira Rudolfer, formada nos EUA. Tendo como objetivos: promover conhecimento, dentre eles o do mundo das profissões; propiciar ao educando o aconselhamento para um futuro profissional e continuidade de seus estudos e fazer os devidos ajustes àqueles que não se adaptavam ao meio escolar. Embora o serviço fosse pioneiro e incluísse a expressão ‘educacional’, ainda carregava consigo o caráter profissional e vocacional. O serviço teve curta duração, seu andamento foi dado pelo Serviço de Psicologia Aplicada, da Diretoria-Geral do Ensino de São Paulo. O importante é que a semente foi lançada! E que já se pensava a respeito.

Segundo Lourenço Filho (1945), em 1928 um autor havia apresentado uma lista de nada menos que 57 espécies de orientação, encontradas em diferentes escolas norte-

americanas. (p.8) Já era notório que a apropriação e o devido uso da Orientação Educacional se dava de diversas maneiras, a atender a vários propósitos, sempre buscando sua singularidade e especificidades a que se pretendia.

1942 a 1960 - Período Institucional e Legalista

A primeira publicação de material no país ocorre em 1940, pela Editora Nacional, com título: A Orientação Educacional na escola secundária, por Aracy Muniz Freire. Para melhor conhecer a origem e os principais movimentos em nosso país, trago a seguir alguns apontamentos dos escritos dos pioneiros da implantação da Orientação Educacional no Brasil, dentre eles: Lourenço Filho com seu artigo intitulado “Orientação Educacional”, publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em 1945, vol. 5, número 13, e Noemi da Silveira Rudolfer, com a produção “O primeiro serviço de Orientação Profissional e Educacional no Brasil”, publicada no mesmo exemplar.

Lourenço Filho, 1945, sinaliza a importância da adoção da Orientação Educacional, prática pedagógica de grande aplicação nos Estados Unidos. Como sendo algo que devesse ser articulado com a administração escolar e o corpo docente. “O conjunto constituirá, em cada escola secundária, o organismo coordenador e ativo, capaz de assegurar a unidade e a harmonia da formação da personalidade adolescente” (p.5)

A primeira utilização do serviço seria de fato para o aconselhamento para os estudos, voltados ao mundo do trabalho. Mas com o reconhecimento dos problemas de desajustamento ocasionados na adolescência e o avanço nos campos da sociologia e da psicologia fizeram com que esse quadro mudasse. Não obstante também ao fato do enfraquecimento da capacidade educativa nos lares, devido a revolução industrial e saída de homens e mulheres para o trabalho.

A orientação deverá considerar o aluno em sua personalidade integral; deverá ser a coordenação de todos os elementos que deem ao jovem o conhecimento de si mesmo, suas capacidades e interesses, à luz das oportunidades educacionais e profissionais. (FILHO, 1945, p.11)

Apesar de todos os esforços empreendidos até o momento, apenas em 1942 aparece menção da Orientação Educacional na Legislação Federal Brasileira. As Leis Orgânicas do Ensino de 1942 e 1946 fazem alusão a Orientação Educacional onde os cargos eram ocupados pelos Técnicos de Educação. É importante mencionar que a Orientação Educacional aparece,

na legislação do ano de 1942, restrita ao Ensino Secundário existente na ocasião, nas suas diferentes modalidades (industrial, comercial e agrícola). Nessa época não havia formação específica para tal profissional. O primeiro curso oficial de formação para Orientação Educacional no Brasil que se tem conhecimento ocorreu em 1945, na Pontifícia Universidade Católica – PUC de Campinas, São Paulo.

Na década de 1950 a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura (MEC), através da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), promoveu seminários, simpósios e semanas de estudos em várias regiões do Brasil a fim de ampliar e aprofundar o conhecimento, a implantação e estruturação da profissão e funcionamento da Orientação Educacional nas escolas. Em 1958 foi publicado manual de trabalho inspirado na “*Guidance*” dos Estados Unidos e na “*Psychologie Scolaire*” francesa. Como resultado desse empreendimento foi publicada a Portaria n. ° 105 do MEC, que regulamentava o exercício da função de Orientador Educacional no Ensino Secundário, onde passou a ser exigido registro para o exercício dessa profissão, a ser obtido junto à Divisão do Ensino Secundário. Tal portaria permaneceu provisória até 1961, quando a lei 4.024 veio regulamentar a formação do Orientador Educacional. Essa Lei também veio introduzir a Orientação Educacional no ensino primário (hoje equivaleria aos primeiros anos ou primeiro segmento do ensino fundamental). O que aparentemente seria um avanço também ocasionou uma tensão, haja vista que os legisladores fizeram distinção de formação para quem exercesse a função em cada segmento.

Na prática isso era inviável haja vista que as escolas já ofertavam mais de um segmento e seria difícil contratar mais de um profissional para que exercessem a mesma função em virtude de formações, abrangências de nível de escolaridade e salários distintos. O que já era um grande equívoco, pensar uma formação diferenciada direcionada para o exercício da profissão, agravava-se ainda mais quando se pensava na questão salarial e nas condições de cada unidade escolar.

1961 a 1970 - Período Formador

Ocorreram encontros, simpósios com a preocupação em debater a formação do Orientador Educacional. Pareceres e Portarias legais¹⁴ são instituídos a fim de nortear um currículo mínimo para formação, assim como habilitação deste profissional.

¹⁴ Parecer 79/62, do Conselho Federal de Educação e Portaria 137/62 – Realização de exames de suficiência para registro de Orientadores Educacionais; Parecer 374/62, do Conselho Federal de Educação – Fixando currículo mínimo para o curso de Orientação Educativa; Portaria 137/62, dispondo sobre a habilitação de Orientadores de

Além da dificuldade encontrada na formação, as autoridades educacionais da época, também encontravam outros problemas que eram percebidos na prática, no dia-a-dia da implementação e atuação da Orientação Educacional. Um deles como aponta Giacaglia e Penteado(2013) é a aceitação dos diretores escolares, da presença obrigatória de Orientadores Educacionais em estabelecimentos de ensino dirigidos por eles. O que ainda é recorrente nos dias de hoje pela própria complexidade do fazer deste profissional. Na tentativa de aumentar o número de profissionais para o atendimento às escolas, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), ofereceu apoio financeiro às faculdades que se dispusessem a ministrar cursos de formação de Orientadores Educacionais. Em 1960, 29 aderiram a essa proposta. Em 1965, apenas 8 ofereciam o curso.

A Orientação Educacional destinava-se, a princípio segundo Lei n.º 5564 de 21/12/1968:

Art. 1º A assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário, visando o desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Cabendo assim a Orientação Educacional cooperar com os professores no sentido da boa execução e andamento do desenvolvimento dos alunos, dos trabalhos escolares, bem como da escolha profissional. Sendo um serviço complementar da escola, com a incumbência de criar condições favoráveis à formação dos aspectos econômicos, socialização e gosto pela arte e dos interesses nacionais.

1971 a 1980 - Período das Fragilidades

Em seguida a Lei n.º 5692/71 diz em seu artigo 10: “Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional em cooperação com os professores, a família e a comunidade”. Isso conforme nos aponta Grispun, 2012, não nos garantiu a legitimidade de objetivos e propósitos por parte dos educadores e tão pouco, a eficiência de resultados. Com a regulamentação da profissão de psicólogo, ocorreu um impacto na Orientação Educacional, restringindo-se o uso e aplicação de testes psicológicos e

Educação (note-se que havia também insegurança quanto à nomenclatura empregada para a OE); a Portaria 159, referente à duração média os cursos de formação os Orientadores Educacionais; a Lei 5.540/68 que, ao tratar da reforma o ensino superior, colocou a formação do Orientador Educacional nesse grau de ensino; os Pareceres 252 e 734, ambos de 1969, do Conselho Federal de Educação, colocando a formação dos Orientadores Educacionais em nível de pós-graduação. (GIACAGLIA e PENTEADO, 2013, p. 28)

vocacionais dentre outras atribuições a tal campo, o que até então vinha sendo exercido por ambos os profissionais no interior da escola.

Com tal restrição e sem uma diretriz definida do fazer dos Orientadores Educacionais começa-se um descaso com a profissão, sendo atribuídas a eles diversas tarefas não condizentes com a atuação anterior ou mesmo com o foco na aprendizagem do aluno. Passam a ser considerados “sujeitos soltos no meio escolar”, “quebra galhos” e por isso poderiam lhes atribuir quaisquer incumbências. Tal situação colaborou imensamente para a desvalorização deste profissional assim como para a baixa autoestima. E assim se arrastaram por décadas, numa história tecida por “bordados pedagógicos”, assimilando o risco de bordados terapêuticos, na busca de uma nova identidade dentre as perspectivas que lhe seriam cabíveis frente às novas demandas apresentadas e o novo mercado de trabalho.

Nesse mesmo período, de fragilidade e tantas inquietações, o grupo de Orientadores Educacionais foi amparado e acolhido por diversas Associações dentre elas, a Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul (AOERGS), que completou em março de 2016, 50 anos de existência e atuação, sendo a primeira a ser criada. A Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE), extinta na década de 90. Outras Associações se consolidaram e também se extinguíram durante período posterior. A Associação Fluminense de Orientadores Educacionais (ASFOE), fundada em 1993 no Rio de Janeiro, atualmente passa por período de revitalização e, Federação Nacional dos Profissionais da Orientação Educacional (FENAPOE), criada em 2007.

A existência da OE na legislação nacional ocorreu em um período bastante curto, de menos de três décadas, porém teve intensa e importante presença na legislação nacional. É necessário, entretanto, ter sempre na lembrança o fato de que essa legislação, na maior parte das vezes, disse respeito mais a uma situação ideal, ao desiderato do legislador, do que aquilo que, na realidade, ocorria na prática. Tal legislação teria sido, provavelmente, mais inspirada no procurar se manter atualizada em relação ao que vinha ocorrendo no exterior do que naquilo que a realidade nacional comportava em cada um dos diferentes momentos. (Giacaglia e Pentead, 2013, p.24)

Na verdade a organização prática da Orientação Educacional dependia muito mais do tipo de escola e da finalidade a que esta se propunha como elemento formador articulado com os aspectos sociopolíticos da época do que com aspectos legais generalizados e embasados em realidades externas a do Brasil.

1980 - Período das Indagações

A década de 1980, período denominado de “questionador” por Grispun (2012), foi marcada por estudos, palestras, congressos, encontros, articulações, criação de grupos de trabalho, que se uniram em prol dos direitos e defesa da categoria dos Orientadores Educacionais. Foi um período de grandes conquistas para a área do mesmo modo em que começa a escassez de Orientadores Educacionais e a consequente perda da força desses profissionais. Assim como a atuação dos Supervisores e Coordenadores Pedagógicos em substituição aos Orientadores Educacionais nas escolas.

A falta de uma clara definição de sua função colocava, e muitas vezes ainda coloca, o Orientador Educacional no papel de joguete ou de curinga na escola. Além disso, os Orientadores Educacionais procuravam uma identidade, tinham dúvidas de caráter ideológico sobre as finalidades e sobre a condução de seu trabalho. Os Orientadores Educacionais questionavam-se quanto a seu papel na escola e na sociedade em geral. A Orientação Educacional se propunha, trabalhando os alunos, a fazer o que? Ajustá-los ao sistema, ajudá-los a se libertarem? (GIACAGLIA e PENTEADO, 2013, p. 38)

Questões de caráter existencial e funcional permeavam a todo o tempo a as ações de tais profissionais. As tensões vividas eram grandes e a falta de clareza quanto a sua utilidade e necessidade no interior da escola ficava cada vez mais gritante, principalmente para aqueles que estavam recém-chegados. A Orientação Educacional buscou nova fundamentação teórica que possibilitasse caracterizar suas práticas, conceitos e valores em meio a própria sociedade após período de muitas indagações a cerca de seu papel, de sua existência. Reviu sua relação com a própria instituição escola, começou a ver sua atuação de outro modo em campo diferente. Assumindo assim um papel político-social, ainda com viés psicológico, marca que carrega até os dias atuais.

1990 - Período Norteador e Crucial

A Lei de Diretrizes e Base (LDB) nº 9394/96 em seu artigo 64 evidencia a formação do Orientador Educacional que será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação. Embora mencione a importância da mesma, não exige a presença de tal profissional na escola. Em vários artigos faz menção de atribuições pertinentes a Orientação Educacional, mas não identifica a quem cabe executá-las ou garantir seu cumprimento no interior da escola.

A Resolução N.º 3 de 8/10/1997 do CNE fixa as diretrizes para o novo Plano de Carreira do Magistério, em que a Orientação Educacional aparece como suporte pedagógico e integra o Plano de Carreira do Magistério. As instituições superiores de educação começam a se articular na aquisição de novo currículo capaz de abarcar as novas tendências e

necessidades para o exercício da profissão. Vários cursos de graduação formam vários Orientadores Educacionais, com olhares e práticas distintas uma das outras. Principalmente pela leitura feita por cada uma dessas instituições nos aspectos solicitados e considerados como básicos na legislação em vigor. Ampliou-se o leque de habilitações e possibilidades de atuação do profissional formado no curso de pedagogia.

A partir de 2000 - Período de Novas Possibilidades

Em 2005 temos o Parecer n.º 5 em que reduz a Orientação Educacional à área de serviços e apoio escolar generalizando sua ação, considerando o pedagogo com atuação plena em seu exercício. Permanece a formação com intitulação de Orientador Educacional apenas em cursos de pós-graduação. Os concursos públicos conforme constam nos anexos 3 a 5, ainda exigem nos dias atuais formação específica para atuação na Orientação Educacional. Os estabelecimentos de ensino, principalmente, os públicos, mantêm tal profissional, mesmo que apenas com a função sendo exercida por professor em desvio¹⁵ de sua função original. Ainda assim possuem alguém no exercício da atividade de Orientação Educacional.

Essa formação ampla tem possibilitado a atuação deste profissional tanto no meio escolar, como empresarial. Pedagogos já tem expandido sua atuação na área de recursos humanos, em funções que antes eram preferencialmente exercidas por outros profissionais. Atuando na formação continuada, sistemática, nos relacionamentos interpessoais, nos aspectos de cidadania e conscientização do fazer profissional dos sujeitos.

Vejamos a seguir um pouco de como tem se dado a formação de tais profissionais ao longo da existência do curso e de suas oscilações.

2.3 A constituição do Pedagogo no Brasil: tensões no campo e na formação acadêmica

O mais importante nos dias de hoje é pensar a Orientação Educacional numa visão contextualizada, procurando responder às perguntas básicas de sua essência e existência. Para tal vamos nos remeter em como tem se dado o processo de formação de tais profissionais de maneira ampla e bem sucinta ao longo de uma história de 78 anos no Brasil.

Os livros de Cruz (2009 e 2012), é produto de sua tese de doutorado, defendida em 2008. Trazem uma abordagem baseada na perspectiva de trajetória e visão de dezessete pedagogos, escolhidos intencionalmente no sentido de assegurar a composição de um grupo

¹⁵ Desvio de função: Quando exerce função não condizente com a sua origem de concurso público, com permissão do Órgão ao qual pertence.

representativo do campo da educação no Brasil, com depoimentos coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, tendo como público alvo/fonte aqueles que obtiveram sua formação no curso de pedagogia entre os anos de 1939 e 1969, profissionais renomados no campo educacional, mestres e doutores em educação, com atuação em diversas vertentes, como Secretaria Estadual de Educação, Conselho Estadual de Educação, Ministério da Educação ou Órgãos vinculados a ele, Universidades, Escolas Públicas. São referências de pesquisa na área, são produtores de conhecimento e material bibliográfico. O foco de sua pesquisa esteve em:

(...) dois objetivos para o estudo: levantar, junto aos pedagogos investigados, aspectos característicos do início do curso e das mutações por ele sofridas, para analisar as implicações, resistências e avanços na evolução desse curso e sua importância no âmbito acadêmico; e procurar obter junto a esse grupo qual a sua posição acerca da pedagogia enquanto domínio de conhecimento e enquanto curso, para mapear e interpretar a posição da pedagogia no contexto do campo educacional brasileiro. (2009, p. 1189)

Cruz (2009) nos aponta ainda que a dificuldade em nomear o tipo de saber que a constitui contribui para fazer consolidar no senso comum pedagógico a ideia de que lhe falta um saber próprio (p. 1188). Isto muito interferiu e interfere ainda nos dias de hoje. Pedagogia é configurado um curso de ambiguidades e contradições. A autora vai além, lançando questões postas no cotidiano do campo educacional.

Ora, se dos pontos de vista teórico e histórico, a pedagogia, respectivamente, enquanto domínio de conhecimentos e enquanto curso, mostra-se vulnerável e frágil, como situá-la no campo acadêmico? Como a pedagogia é percebida, vista, entendida em um dos campos de sua produção? Seria ela algo dispensável? Ou seria detentora de uma posição relativamente autônoma no espaço social estruturado de produção, consumo e classificação de conhecimentos? (p.1189)

Segundo seu texto, os formandos e depois formadores de pedagogia (pessoas selecionadas para a pesquisa) no período da gênese do curso¹⁶ no Brasil se posicionam de modo expressivo quanto a isso. Haja vista que viveram e contribuíram de algum modo para a consolidação do curso de pedagogia. Sinalizam como percebem a pedagogia em seu período de formação inicial bem como o atual, em âmbitos de abrangência como: domínio de conhecimento, formação, atuação e intervenção social.

No tocante ao seu primórdio, o resultado das análises mostrou que o curso de pedagogia se afirmou no seu início e, também, durante boa parte de sua trajetória como uma

¹⁶ Curso introduzido por meio do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939.

continuidade natural ao Curso Normal¹⁷ (CRUZ, 2009, p.1192). Mesmo assim, o peso maior nas discussões se dava às teorias da educação. Sinalizando ora a força, ora a própria fraqueza da pedagogia. Se a teoria mobilizou o andamento do curso, a prática se afastou. Segundo Houssaye (2004), a pedagogia pressupõe a junção mútua e dialética da teoria e da prática educativa pela mesma pessoa. Defendendo que a articulação teoria-prática é de tal modo própria da pedagogia, que é possível identificar um pedagogo pela sua condição de prática-teoria da ação educativa. Pedagogo é aquele que, ao teorizar sobre a educação, analisa o fato educativo, mas não para por aí, segue fazendo as intervenções necessárias para sua prática e dos professores e alunos que estão sob sua orientação.

Segundo Cruz, 2009, os aspectos observados na evolução do curso, demarcam a importância da cultura universitária, em uma época notadamente marcada pelo ambiente altamente politizado e pelo movimento estudantil. As lutas mobilizaram e reacenderam a importância do sujeito coletivo e da perspectiva de uma educação a serviço da transformação social. O que imprimiu maior significado a formação acadêmica. Do mesmo modo aponta a perda de densidade teórica do curso, a dificuldade de construção de sínteses sobre o que é e como se elabora a pedagogia. Nem só teoria, nem só prática, mas a reunião mútua e dialética da teoria e da prática é o que faz emergir um pedagogo, como diz Houssaye (2004, p.10). Para ele:

Por definição, o pedagogo não pode ser um puro e simples prático nem um puro e simples teórico. Ele fica entre os dois, ele é o entremeio. A relação deve ser permanente e irreduzível ao mesmo tempo, pois o fosso entre a teoria e a prática não pode senão subsistir (ver Soëtard, 1981). É essa fenda que permite a produção pedagógica. Por conseguinte, o prático, em si mesmo, não é um pedagogo, na maioria das vezes é um usuário de elementos, coerências ou sistemas pedagógicos. Mas o teórico da educação, como tal, também não é um pedagogo, pois não basta pensar o ato pedagógico. Só será considerado pedagogo aquele que fizer surgir um *plus* na e pela articulação teoria-prática em educação. Esse é o caldeirão de fabricação pedagógica.

Foi por meio das alterações advindas do Parecer CNE n.º 252, de 1969, que instituiu as habilitações de formação do pedagogo. Momento em que mais imprimiu mudanças no curso de pedagogia. Foi a partir de então que pedagogo deixou de ser chamado como tal para ser chamado como Orientador Educacional, Administrador Escolar, Supervisor e Inspetor Escolar. De acordo com Cruz, 2009, os sujeitos da pesquisa rejeitaram a concepção produtivista e a tendência tecnicista, lamentam a fragmentação observada no âmbito da graduação. No entanto também deixam perceber que tal ação contribuiu para a definição com

¹⁷ Nomenclatura adotada anteriormente ao Curso de Formação de Professores.

mais clareza do papel a ser desempenhado pelo pedagogo, cuja identidade sempre se mostrou controvertida e ainda não está satisfatoriamente resolvida. Ou seja, desde o início ocorre a busca incessante por uma identidade profissional, algo que os defina, seja enquanto pedagogo, seja enquanto Orientadores, Inspectores ou Administradores Escolares.

O ponto de maior dificuldade de consenso se deu na década de 1980 pelo movimento dos educadores. Extinguir, manter ou reformular fez do debate um embate, cujo reflexo é facilmente percebido nas diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia, aprovadas em abril de 2006 (CRUZ, 2009, p.1197).

No tocante à finalidade do curso, buscava-se formar, no bacharelado, o técnico de educação e, na licenciatura, o professor da Escola Normal (hoje, Formação de Professores). O propósito de formar um pensador em educação, capaz de teorizar sobre ela e propor ações referentes aos processos por ela desencadeados, não se manifestou com muita clareza no contexto da lei, mas parece ter encontrado alcance no contexto do curso. (Cruz, 2012, p. 154)

Scheibe (2007) nos aponta a trajetória percorrida pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, as lutas e debates anterior e posterior a Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Debates esses que constituíram momentos de lutas e compartilhamento de posicionamentos quanto a formação e atuação do pedagogo.

Nos encontros e nos documentos da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), foi especialmente destacada a necessidade de superar a dicotomia entre a teoria e a prática, entre o ensino e a pesquisa, entre o conteúdo específico e o conteúdo pedagógico na formação prática dos educadores, o que deu mais força ao princípio da “docência como base da formação profissional de todos aqueles que se dedicam ao estudo do trabalho pedagógico” (Anfope, 1998, p. 10, in SCHEIBE, 2007, p.49)

Scheibe traz a tona o debate sobre a identidade e as implicações dos profissionais formados neste curso. A centralidade hoje se encontra na formação deste sujeito enquanto docente da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e, complementarmente nas competências para o ensino médio na modalidade de formação de professores, assim como ensino profissional na área de serviços e apoio escolar, às atividades de organização e gestão educacionais, e às atividades de produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional. Durante a transição do modelo existente anteriormente, as Universidades deveriam extinguir as habilitações de Orientação Educacional, Orientação Pedagógica e Administração Escolar já no período letivo seguinte a publicação da Resolução CNE/CP 1/2006. De fato, as Instituições formadoras em nível de graduação assim o fizeram.

A comprovação do aprofundamento em uma das áreas constará do histórico escolar do egresso.

(...) sob a justificativa de que o curso trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos, fundamenta-se nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. São princípios mais abrangentes, que permitem todo e qualquer tipo de configuração curricular dependendo dos interesses teórico-práticos de cada instituição. (Scheibe, 2007, p.58)

No entanto não ficou claro como os sistemas de ensino da educação básica se organizariam quanto a isso. Os concursos continuaram e continuam em sua maioria na perspectiva de “Especialistas” e não do “Pedagogo” como tem se dado a formação a nível acadêmico. Cresce acentuadamente a atuação destes profissionais como docentes da educação infantil a dos anos iniciais do ensino fundamental, no entanto quando concorrem para cargos de Orientadores Educacionais e Pedagógicos não se integram ao sistema educacional como tais, não compreendem a dinâmica em disparidade com aquilo que lhes é apresentado na Instituição de formação de suas graduações com aquilo que lhes é apresentado na prática de seu exercício de profissão. No âmbito acadêmico se forma na intenção da integralidade do fazer pedagógico, ou melhor, na polivalência deste profissional. No âmbito da prática ainda se fragmenta a função inclusive a nível de concursos públicos, notório nos últimos concursos realizados nos municípios de São João de Meriti, Duque de Caxias e Mesquita, ocorridos nos anos de 2011, 2015 e 2017, conforme consta nos anexos 3 a 5 desta pesquisa. Onde continuam a reforçar a exigência de uma formação e atuação fragmentada, com ênfase nas especializações.

Carmem Bissolli da Silva (1999) nos faz refletir que o curso previu a formação de bacharelado sem apresentar elementos que caracterizassem o trabalho a ser por ele exercido e cujo perfil não estava claro. Não adianta operar com teoria, doutrina ou pensamento educacional se ele não estiver fincado no chão da escola. A unidade entre licenciatura e bacharelado no âmbito formativo nos dá o suporte conceitual e metodológico para estreitamento entre teoria e prática.

O desafio é estabelecer uma formação sólida, com base no conhecimento científico e na pesquisa consolidada, e não ceder à incorporação da racionalidade técnica ou do praticismo pedagógico predominante na epistemologia da reforma educacional oficial, na qual se vincula o conhecimento formativo a uma prática imediatista. (Scheibe, 2007, p.60)

Questão básica da pedagogia: relação complexa pensar e praticar a educação (SAVIANI, 2007). Sendo teoria e prática o grande dilema pedagógico.

O trabalho pedagógico no contexto escolar e fora dele é amplamente marcado pela influência da visão tradicional e também pelo forte desejo de sua superação por meio da influência renovadora. Busca-se a superação da teoria pela prática, numa

perspectiva de oposição. Nesses termos, teoria e prática são historicamente construídas de forma dissociada e teoricamente consideradas partes indissociáveis da pedagogia, constituindo-se, paradoxalmente, no próprio dilema pedagógico. (CRUZ, 2012, p. 156)

A prática é a razão de ser da teoria, uma nutre a outra. Uma faz pensar a outra. Considerar a relação teoria-prática como pedra angular da construção da pedagogia, reconhecendo nela uma abordagem específica, não significa desconsiderar que a prática está de algum modo, presente entre os teóricos, ou que o pensamento teórico baliza a prática. Significa, isto sim, reconhecer e defender que a prática, constituindo a pedagogia, não pode ser algo meramente projetado, da mesma forma que a teoria pedagógica não pode ser apenas algo tomado de outros. Tal concepção pressupõe que a pedagogia se constrói a partir de uma proposta prática e de uma teoria da situação educativa referida a essa prática. Há saber nessa composição. Em outras palavras, se a pedagogia for vista como assentada apenas no saber de outros campos, nutrindo-se apenas deles, ela renuncia a si mesma, recusando sua própria natureza.

CAPÍTULO III

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Precisamos conhecer o que fomos, para compreender o que somos e decidir sobre o que seremos.

Freire, 1983, p.33

Proponho uma breve reflexão sobre aspectos que norteiam a prática e o fazer da Orientação Educacional nos âmbitos micro e macro segundo o panorama apresentado nos capítulos anteriores, assim como, por meio do diálogo proporcionado durante os encontros com os Orientadores Educacionais participantes da pesquisa, com o intuito de que se reflita a respeito do papel exercido por tais profissionais. Pensando a ação não apenas no interior, mas para além dos muros da escola. Assim como os desafios e perspectivas que tem sido ora instituído, ora conquistados.

Os encontros que serão apresentados decorreram de momentos de diálogo e interação entre os participantes da pesquisa com a pesquisadora, durante reuniões de trabalho, em espaços reservados do grande público, onde fosse possível um ambiente mais acolhedor para uma conversa informal, em espaço da própria Secretaria Municipal de Educação e unidade escolar. Todos os encontros se deram individualmente entre pesquisador e sujeito participante da pesquisa descrito a seguir.

3.1 O Serviço de Orientação Educacional em SJM: a perspectiva de Cardoso

Cardoso, Orientadora Educacional, foi chefe de departamento por várias ocasiões. Começou a trabalhar no Município em 1988 como Professora PII (Anos Iniciais do Ensino Fundamental), ainda recém-formada em pedagogia, atuou por poucos meses nessa função. Na época havia uma carência muito grande na Orientação Educacional da Secretaria Municipal de Educação e a mesma, como outras Orientadoras Educacionais, foram convidadas a fazer parte da equipe que já realizava um trabalho. Assim começou sua atuação enquanto OE. Sem experiência... contando apenas com a formação recebida na Universidade e com grandes expectativas para o exercício da profissão.

A equipe era composta por Orientadores Educacionais itinerantes que visitavam várias unidades escolares, coordenados por uma chefia específica. Com o tempo foi dado início a um

trabalho local e fixo em algumas escolas. Nem todas as escolas possuíam esse Orientador permanente. Para Cardoso era interessante o fato das pessoas não terem ainda uma visão clara da função do Orientador Educacional, ele era visto como disciplinador, como aquele que precisava impor limites a todo o tempo. Esses profissionais possuíam inclusive um tempo pré-estabelecido e direcionado para entrar em turma. Recebiam da chefia uma apostila com várias dinâmicas, vários temas para serem abordados na escola, por exemplo: higiene, afetividade, disciplina... Esse trabalho era realizado em parceria com o professor, em um momento cujo próprio Orientador Educacional pudesse trabalhar o tema com a turma.

A equipe ao todo era bem pequena, não chegava ao quantitativo de 20 Orientadores Educacionais. Como o exercício da função não se dava por meio de concurso ao cargo e sim por indicação, o trabalho não perpetuou. Pelo que Cardoso recorda mudou o governo e desestruturaram esse grupo de trabalho, cabendo a cada um retornar às suas funções iniciais.

Somente em 1998 ocorreu o primeiro concurso para as áreas específicas, dentre elas, o cargo de Orientador Educacional. Anterior a esse a Secretaria Municipal de Educação realizou um concurso interno denominado enquadramento para normalizar a situação de quem desejava e possuía a formação necessária para a função. Havia toda uma movimentação a fim de se atender a legislação da época.

Cardoso relembra que quando foi feita a chamada para o enquadramento muitas professoras, também formadas e habilitadas para a função de Orientadora Educacional, se perguntavam: *O que eu vou fazer? Qual vai ser a minha ação? Eu tenho que atender às famílias, mas como? Como fazer intervenção com o professor? Como?* Tinham muito receio, muitas dúvidas. Muita insegurança para interferir no pedagógico, nas ações da escola. Ela e outras colegas fizeram esse concurso de enquadramento interno. A situação funcional foi formalizada e desde então possuem a estabilidade na função exercida. Com ambos os concursos o grupo aumentou consideravelmente e praticamente todas as unidades escolares já possuíam ao menos um Orientador Educacional. Com o enquadramento já eram uma equipe em torno de 30 a 40 OEs. Com o concurso público de 1998 a Secretaria Municipal de Educação passou a contar com o dobro deste quantitativo, já eram 80 OEs.

O grupo que havia sido composto, essa equipe de trabalho, passou a criar uma identidade, a se fortalecer. Para Cardoso foi com o primeiro concurso público que a coisa tomou uma forma assim... mais organizada, mais estruturada a nível de Orientação. O grupo na verdade se consolidou. Com um grupo realmente estruturado, sem a preocupação de que a qualquer momento poderiam ser destituídos do cargo, o trabalho ganhou uma forma consistente e permanente.

Um salto se deu de 1988 para 1998, nova visão da Orientação Educacional, sem as amarras de uma abordagem psicológica, mais questionadora, indagadora. Cardoso acredita que com a formação do grupo veio essa busca pela identidade, foi a fase de muitas publicações, muitos livros, falando do Orientador Educacional, de sua identidade, de como a Orientação Educacional poderia agir e intervir em seu contexto escolar. Nesse período existia ainda uma disputa entre o Orientador Pedagógico (OP) e Orientador Educacional (OE), isso era muito ruim, por que ambos os profissionais estavam tentando encontrar o seu papel dentro da escola, em como dar a sua contribuição.

Foi um caminhar... O Orientador Educacional começou a buscar a identidade dele, mas ainda muito preso a algumas questões como dar o atendimento individual ao aluno (abordagem psicológica), que também ainda está presente nos dias de hoje. Havia nesse período um ensaio de estudo, de referência de bibliografia, de começar a ler, de começar a estudar, de qual era o papel desse Orientador Educacional. O grupo de acordo com Cardoso era muito crítico, estava na fase de questionar, de pensar qual era o seu papel. *O que estou fazendo na escola? Devo fazer só isso? Devo fazer só aquilo? Até onde devo ir?*

Não se tinha a visão do *todo* do trabalho na escola. O trabalho ainda era muito compactado, fragmentado. Orientador Pedagógico faz isso, Orientador Educacional faz aquilo. Orientador Educacional cuida do aluno, Orientador Pedagógico cuida do professor. Não ocorriam encontros integrados com os OPs e OEs. Não tinha a integração, a comunicação necessária entre os pares.

Em 2003, nova chefia, com muitos anseios e inquietações. Não havia ainda um direcionamento, uma chefia de Orientação Pedagógica. Foi a partir desse período, dentro da própria Secretaria Municipal de Educação que foi dada a largada para um trabalho de integração entre os setores. O grupo de Orientadores Educacionais iniciou com reuniões mensais para discutir a prática. Esse profissional ainda era visto, em 2003, como aquele que estava na escola, mas que não dava uma contribuição efetiva. Era aquele sujeito em que suas atribuições estavam limitadas a desempenhar a dinâmica de grupo no conselho de classe, se ele estava presente na escola no dia-a-dia ele atendia a um responsável, ele atendia a um aluno indisciplinado.

A nova chefia já almejava uma Orientação Educacional diferente! Então em um movimento de mudar o perfil da Orientação Educacional, incentivou o grupo a estudar, a fazer estudo de caso¹⁸. Ocorriam reuniões mensais com um campo complexo a ser trabalhado,

¹⁸ Estudo de caso – situações reais e/ou fictícias do dia-a-dia para apreciação e possíveis soluções apresentadas pelo grupo, sempre respaldadas na ética e na legislação.

fase de constituição da identidade do grupo, do trabalho integrado, da visão pedagógica, do papel do Orientador Educacional em si. Em um primeiro momento foram apresentadas sugestões de formulários. *O nosso trabalho acontece. A gente trabalha muito! Então como a gente pode organizar e estruturar esse trabalho?* (Falas de Cardoso) Nem todos gostaram. Alguns torceram o nariz... *ai feijão com arroz... vai ensinar o básico?!* (Cardoso) Por outro lado, o grupo como um todo não tinha um trabalho estruturado. Outros se engajaram e começaram a registrar o trabalho que realizavam com os alunos faltosos, com o atendimento com as famílias, grupos de estudos com os textos da Miriam Paura¹⁹ para discussão. O grupo começou a se movimentar muito.

Segundo Cardoso, depois desse movimento de estudo, de apropriação de identidade o grupo tomou gosto por tudo isso. Passou a crescer, não era mais aquele grupo que estava na escola só para fazer dinâmica no conselho de classe. Iniciou participação na Associação Fluminense de Orientação Educacional (ASFOE)²⁰ a fim de dar visibilidade ao grupo. Começaram a levar as experiências de São João de Meriti. O grupo deslanchou!

Como menciono no capítulo 1 desta pesquisa, a Orientação Educacional de São João de Meriti não possui registro de sua constituição enquanto grupo, cargo, sua origem e primeiras ações, de suas praticas, apenas o regimento escolar e a proposta pedagógica da rede que relatam suas atribuições especificando o que compete a cada pedagogo no exercício de sua função, seja enquanto Orientador Educacional, Orientador Pedagógico, Diretor ou Supervisor Escolar. Acima apresentei de modo simples parte do que foi conversado com Cardoso, uma das Orientadoras Educacionais durante os encontros. Assim como esta, acredito haver outras que possuem em suas memórias, as lembranças de como se constituiu e das muitas praticas desenvolvidas por esse grupo.

É importante enfatizar que até dezembro de 2016 o grupo de Orientação Educacional era coordenado por uma equipe interna da Subsecretaria Municipal de Educação. Essa equipe tinha a incumbência de direcionar as principais ações e projetos voltados para os demais Orientadores Educacionais, fazendo o acompanhamento das Fichas de Comunicação de Alunos Infrequentes (FICAI)²¹, assessorando a equipe responsável pelo aspecto legal educacional da Rede - a Coordenadoria de Supervisão Escolar (COSE²²), auxiliando nos esclarecimentos junto ao Ministério Público no que diz respeito a frequência e bem-estar dos

¹⁹ Miriam Paura, referência na área de Orientação Educacional. Participação em encontros e palestras ministradas na rede de ensino de São João de Meriti.

²⁰ ASFOE – Associação fluminense de Orientação Educacional.

²¹ FICAI – Ficha de comunicação de aluno infrequente, entregue primeiramente ao Conselho Tutelar. Caso não haja devolutiva é solicitado o devido acompanhamento ao Ministério Público.

²² COSE – Coordenadoria de Supervisão Educacional.

alunos. Tal equipe era mediadora entre o trabalho desenvolvido nas unidades escolares e Secretaria Municipal de Educação, assim como demais Departamentos Internos.

Atualmente a equipe de trabalho retornou ao formato de integração, com mesma chefia para Orientação Educacional e Orientação Pedagógica. Cabendo assim a articulação e a mediação entre os pares e o diálogo estreito entre Secretaria Municipal de Educação e equipes das unidades escolares.

3.3 O protagonismo do Orientador Educacional

A primeira afirmação que é necessária ter presente para que possamos identificar pelo menos alguns dos principais desafios que a Orientação Educacional tem enfrentado e ainda está chamada a enfrentar nas próximas décadas é, particularmente, a mudança de cenário que tem se dado no campo educacional e o protagonismo empregado ao pedagogo e, em especial, ao Orientador Educacional.

A entrada da Orientação Educacional no Brasil se deu em outro contexto do que vivemos hoje. O que nos anos 80 foi um grande auge em nível de lutas e conquistas para essa área, hoje se faz necessário ter nova postura, pois novas lutas têm se travado e novo rumo tem sido dado. O que nos faz pensar: onde estou em meio a tudo isso? Sou mais um na correnteza ou sou aquele que me disponho a me pronunciar e levantar a bandeira mais uma vez?

Santos, Orientadora Educacional da Rede Municipal de São João de Meriti há 14 anos, nos fala de sua insatisfação no fato de haver cursado pedagogia da maneira como se deu. Estudou na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), uma das Unidades da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e durante seu curso passou por uma das reformas curriculares, onde até então se formava o pedagogo com uma habilitação, dentre elas: Orientação Educacional, Orientação Pedagógica ou Administração Escolar. Podia se optar por uma destas e era acrescida também a habilitação de magistério para os anos iniciais do Ensino Fundamental e disciplinas específicas para o Ensino Médio na Formação de Professores. Assim prestou o vestibular, para esta formação. Durante o tempo de curso, com a reformulação do currículo lhe foi ofertada a opção de multihabilitação, tendo as três áreas abrangidas: Orientação Educacional, Orientação Pedagógica e Administração Escolar, excluindo o magistério de seu curso. Na época, para ela lhe pareceu ser a melhor opção, haja vista que a pedagogia em si tomava um novo rumo. Havia a opção do Curso Normal Superior para quem quisesse se aprofundar nas questões específicas e práticas do ensino em sala de aula. O que a deixou insatisfeita foi o momento em que se deparou na prática, em seu

primeiro emprego, na situação de total inexperiência e falta de aptidão. Todo o curso foi focado em gestão democrática, trabalho integrado, não foi visto em momento algum as competências de cada uma dessas áreas (habilitações acima) em específico, apenas no contexto global de gestão. A intenção inicial era que fosse modificado o nome do curso de pedagogia para Gestão de Sistemas Educacionais, o que o Ministério de Educação (MEC) não autorizou. E na sua atuação prática lhe era cobrada uma ação específica, uma atuação própria para o Orientador Educacional da Rede Municipal de São João de Meriti. Segundo ela, foi preciso muito estudo de sua parte de bibliografias voltadas para a área, muito diálogo com outros profissionais e apoio dos próprios colegas de trabalho para que se estabelecesse a profissional que é hoje.

Percebemos na fala de Santos as ambiguidades e a disparidade que sofre o campo de atuação frente ao campo de formação. São muitas as tensões que afligem e acometem os profissionais desta área, independente da habilitação. O que há anos parecia uma debilidade como sinalizam os entrevistados por Cruz (2009, 2012) ainda é notório nos dias de hoje. Formação dicotômica entre a teoria e a prática, entre aqueles que formam e preparam esse profissional, para aqueles que os empregam e direcionam suas práticas. Sem contar as oscilações que sofre o curso, o despropósito no enfoque dado pelas instituições que acabam por suscitar modismos que não se fundam na prática. Falta à articulação entre Universidade e Educação Básica, campo de atuação específico do Orientador Educacional focado nesta pesquisa. A pedagogia em si acaba se colocando no papel de uma prática de aplicação de teorias emprestadas e por vezes propiciam o fazer embasado na área de outro profissional, de outra área específica.

Vejamos o caso de Rabelo, Orientadora Educacional da Secretaria Municipal de São João de Meriti. Sua primeira formação foi psicologia para atuar em consultório, mas sempre foi apaixonada por aluno, por escola, pelo fazer pedagógico, por um trabalho de ensino-aprendizagem. Isso fez com que ela optasse por ampliar sua área de conhecimentos e cursar uma pós-graduação em Orientação Educacional. Dessa forma pode unir sua formação inicial a uma área de atuação que lhe agradava. Isso estava ligado não apenas aos alunos, mas as famílias, aos responsáveis por seus alunos. Para ela, tudo isso lhe tem sido muito gratificante. Acredita ser um trabalho bonito de se fazer e carrega consigo a experiência que a psicologia lhe proporcionou durante sua experiência de atuação. Acredita poder ajudar com relação aos limites comportamentais (disciplina) e relacionamento entre pais e filhos, professores e alunos. Sua formação como psicóloga tem beneficiado ao acompanhamento e como lidar com

alunos com TDA²³ e TDHA²⁴. Consegue organizar atividades para alunos com deficiência somando sua prática de sala de aula, da psicologia e da orientação educacional. Enfatizou durante os encontros que sempre tem muito cuidado em não “psicologizar” o atendimento com o aluno, com as famílias e destaca possuir a clareza que existe uma linha tênue entre os campos de atuação de cada um destes profissionais.

É outra problemática, Rabelo não é pedagoga por formação e sim especialista em Orientação Educacional (nível lato sensu). Por ser um campo que toma emprestadas muitas teorias alheias acaba por proporcionar uma atuação confusa e promiscua por parte de seus profissionais. Principalmente quando se trata da psicologia, sendo um dos alicerces de sua fundamentação teórica. Embora tenha a psicologia como forte aliada de sua formação não se pode permanecer apenas nessa perspectiva ou mesmo embasar sua atuação como é o fazer de um psicólogo. Haja vista que este foi e tem sido um dos questionamentos do Orientador Educacional. Ser um sujeito mediador, como nos aponta Vigotski, mas também gerenciador de projetos e ações pedagógicas e não psicológicas, este sujeito precisa auxiliar no cumprimento de um currículo e na formação cidadã de seus alunos e na integração escola-comunidade.

Embora as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia e o próprio movimento de constituição do pedagogo seja algo complexo e de opiniões divergentes. Quando indagado durante os encontros aos Orientadores Educacionais se possuíam conhecimento do andamento do curso, dos aspectos da formação, da legalidade que abrange o ser pedagogo ou do próprio Orientador Educacional, as respostas foram muito próximas. Foram pontuadas por desconhecimento, a não preocupação ou não necessidade em saber quanto ao que ocorre sobre a temática.

O que pode ser percebido ao longo dos encontros e diálogos estabelecidos, que poucos foram aqueles que sabiam do rumo que tem percorrido a Orientação Educacional em âmbito geral nos dias atuais, principalmente nos aspectos legais e o novo perfil pretendido para esses profissionais. Muitos se encontram ainda presos a sua própria realidade, ao contexto em que atuam principalmente ao fazer educacional que já lhes é próprio, adquirido ao longo de suas trajetórias. Que após a conclusão de suas formações acadêmicas não ocorre mais a busca pelo processo formativo e teórico da área. Ficam focados e direcionados apenas para uma atuação prática, imersos no cotidiano.

²³ TDA – Transtorno do déficit de atenção

²⁴ TDAH – Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade

Pensemos no hoje, no cenário que possuímos, onde o aluno é outro, a escola é outra, as circunstâncias são outras. Após a conquista por um espaço pedagógico, distinto do psicológico e do assistencialista. Como proceder? Os desafios acabaram ou apenas mudaram o foco? De certa forma podemos dizer que esse profissional conquistou e tem trilhado o caminho de pensar, articular, organizar junto aos demais atores da escola seus projetos e por que não dizer a própria escola. Apesar das limitações encontradas, os Orientadores Educacionais vem vivenciando em suas lutas processos democráticos. Essas experiências certamente permitiram constituir um verdadeiro processo educativo e dialógico entre seus atores. Segundo palavras de Grispun, 2012: procuramos trabalhar com o aluno numa dimensão da construção de sua subjetividade, e não mais *psicologizando* as nossas relações (p.8). Esse aluno hoje, não considerado como aquele que recebe conhecimento, mas que interage e constrói saberes, que traz consigo experiências e conhecimentos, que contribui no compartilhar, socializar e constituição do processo ensino-aprendizagem. Adentramos a um campo que toma o subjetivo como norteador, mas que não determina uma ação psicológica. Necessitamos nos atentar para o discurso estabelecido e a prática vivenciada. De fato, nos desprendemos das ações norteadas pelo caráter psicológico ou apenas adotamos um discurso romantizado com velhas práticas?

Voltemos a algumas colocações de Cardoso no momento em que conta sobre a história da Orientação Educacional em SJM. Percebemos a oscilação entre o dito e o feito. A intenção é muito grande em romper com os aspectos psicológicos e assistenciais na Orientação Educacional. No entanto ainda encontramos muito enraizada nas práticas, nas falas e nos argumentos a proposição da necessidade em validar a Orientação como algo que de fato oriente, no sentido de ditar aquilo que compete ao outro fazer. Por vezes muito mais pessoal do que educacional. Aquele que pode apontar “limites” no modo de agir do outro, em seu modo de viver. Em buscar ajustar por parâmetros de estudos de caso, na tentativa de generalizar, enquadrar aquilo que é singular e peculiar de cada aluno. Mesmo pelo prisma em que foi narrada a história por Cardoso, chamo a atenção para o pontapé inicial que ocasionou toda a pesquisa, o fato de haver uma nova crise identitária, um desconhecer ou não apropriação do fazer por parte do Orientador Pedagógico e Educacional recentemente. Quanto a unidade do grupo, que se consolidou e constituiu uma identidade própria, acredito ter sido em um momento específico e não atual. São estanques tais pontos de vista. O que ocasionou tal discrepância?

A Orientação estava dentro da escola e não se deu conta do seu papel. Aliás, assumiu, em alguns momentos, uma ingenuidade pedagógica, ouvindo, muitas vezes

calada, as críticas às suas atividades, como sendo responsável pela fragmentação do trabalho escolar, como não resolvendo todos os conflitos que a própria escola não dava conta de resolver. (GRISPUN, 2012, p. 34)

A prática, a visão que cada sujeito carrega consigo de seu papel e da relevância de suas ações é diferenciado de acordo com as possibilidades de cada Orientador e com os espaços conquistados. Podemos vislumbrar que ocorre um olhar do instituído e outro do instituinte. Isso se torna visível segundo a concepção de educação como ato político, como instituição que está intrinsecamente relacionada às mudanças ocorridas no seu entorno. A mudança ocorrida quanto à abordagem sociológica e pedagógica do campo de atuação, ampliou significativamente o papel a ser desenvolvido por esse profissional. Mas em algum momento essa apropriação esfriou, desmotivou e se retraiu a ponto de não ser mais percebida como algo inerente a uma função, mas como algo que qualquer outro sujeito possa fazer. Mesmo com o instituído, como o caso dos registros do regimento escolar e da proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São João de Meriti, isto de fato não ocorre em sua plenitude, ou em sua maior parte. O fato de ter um concurso e documentos que norteiem um fazer não garante uma identidade e um fazer profissional. É preciso que o sujeito se aproprie de tudo isto.

Não podemos esquecer que a identidade se constrói dentro do discurso e não fora dele. É no jogo das relações sociais que a diferença e as exclusões marcam mais do que a homogeneidade artificialmente construída. Muitas vezes a consequência nesse processo é que os pedagogos que conseguem construir uma identidade, por meio de práticas coerentes com sua formação, lutam para se diferenciar daqueles que não conseguem. (POOLI, 2017, p. 35)

Somos educadores que procuram caminhar na estrada solidária do conhecimento, da interação e integração entre os sujeitos. Não basta o caminho, mas os objetivos que pretendemos atingir também são imprescindíveis. Trata-se de não se sentir deslocado, fora do lugar. O ter que justificar e apresentar a razão de ser de sua existência, essa instabilidade, essa fragilidade dos profissionais que depositaram suas esperanças no reconhecimento social dessa profissão e, que no momento encontram-se em novo processo identitário e ideológico de suas práticas. São saberes e fazeres esculpidos historicamente e que muito influenciam e direcionam suas práticas.

Durante muitos anos a Orientação Educacional foi percebida como um apoio ou até mesmo uma terapia que deveria auxiliar aos alunos, em especial, aqueles que apresentavam problemas na escola, seja de qual ordem fosse. Hoje, trabalha-se com a formação da cidadania, compreendida como a formação do aluno para que seja capaz de decidir, participar,

e influir nas decisões. Isso nos faz refletir sobre nossa prática, nossa concepção enquanto educadores e Orientadores Educacionais.

Nos chama a atenção a palavra empoderamento, empregada por Paulo Freire, uma das expressões ricamente definidas e defendidas em sua práxis. Atualmente muito utilizada com o grupo de Pedagogos na Secretaria de Educação, principalmente com OE e OP. Haja vista todo o processo de constituição do grupo e pelo esfacelamento que tem sido acometido pela não apropriação de seu fazer no interior das unidades escolares. Embora, anteriormente, a palavra já existisse, o emprego dado a ela fez a diferença no campo social e educacional. Para ele, a pessoa, ou a instituição empoderada é aquela que realiza por si mesma as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer, proporcionando transformações no campo pretendido. Isso implica conquista, avanço e superação por parte daquele que se apodera, onde o sujeito é altamente ativo nesse processo e não se trata de doação ou transferência de poder. Nessa perspectiva é proposto potencializar grupos ou pessoas que historicamente foram ou ainda estão dominados, submetidos ou silenciados, na vida e nos processos sociais. Partimos do pressuposto que potências são necessárias para alcançar o empoderamento: a pessoal e a coletiva ou também chamada de social.

A dimensão pessoal se relaciona com a potencialidade do próprio sujeito em sua íntegra, nos aspectos cognitivo, criativo, autoconceito, autoestima e confiança nas próprias possibilidades. A dimensão coletiva ou social está articulada com os mecanismos de participação e organização. Sem a pessoal não é possível atingir a coletiva, haja vista que necessita de mudança de consciência e apropriação desse querer pelo próprio sujeito.

Uma educação que promova esse empoderamento deverá fortalecer as capacidades do sujeito, em nível local e global, ou seja, em nível micro e macro, para que sua afirmação como sujeito no sentido pleno e, para a tomada de decisões ocorra. Isso é algo pessoal e intransferível, ninguém o pode fazer pelo outro. Quando ocorrem mudanças de autoconsciência e autopercepção, podemos mobilizar forças e dinâmicas que favorecem transformações explosivamente criativas e libertadoras. Percebemos ao longo da trajetória da Orientação Educacional que nem mesmo o governo pode fazer isso por esses sujeitos. Tivemos momentos entre o dito (no âmbito legal) e o real (o vivido no interior das instituições). O período em que nos reportamos no capítulo 2 como sendo o legalista. Afinal, ninguém empodera ninguém! No entanto podemos favorecer processos de empoderamento em determinadas direções.

Outros fatores importantes para consolidação deste processo é o espaço e a construção do poder local²⁵, poder baseado na plena participação e no empoderamento, este se constitui num aspecto fundamental para a construção da ação participativa e popular, gerando relações de poder mais simétricas e igualitárias.

Repensar o papel social da escola e a proposta político pedagógica adotada, visando uma produção do conhecimento integrada à formação da consciência histórico-crítica, contribuindo, assim, para uma cidadania participativa. Construção coletiva da escola, consciência, prática social, ação transformadora da vida social, sociedade, educação e cidadania. (Maccariello, 2005, p. 32)

A ação política da escola passa por dois aspectos: a socialização do conhecimento e a questão da democratização das relações da escola com a comunidade, da escola com a família e das relações internas dos sujeitos da escola. Hoje pretendemos uma Orientação Educacional crítica que dê visibilidade e altivez a voz, dos alunos, que esses atores discutam a própria sociedade, sua conjuntura e estrutura. A escola não está isolada ou à margem do que ocorre na sociedade. Essa é a condição para que a escola possa contribuir para a transformação social. Do mesmo modo, a escola não se mantém estanque das possíveis parcerias que podem vir a colaborar com a amenização ou equalização dos problemas sociais.

Sobrinho, Orientadora Educacional de SJM escolheu essa profissão pelo encantamento passado através da atuação de outra OE na escola em que prestou estágio para a Universidade. A possibilidade de contribuir no processo ensino-aprendizagem dos alunos e da comunidade escolar a deixou deslumbrada. Segundo ela, era um CIEP (Centro Integrado de Educação Pública) no município do Rio de Janeiro, nesta rede não há o cargo, mas a função é desempenhada por um professor desviado para atuar na função de Orientador com o cargo/título de Coordenador. A comunidade escolar deste local era muito carente socialmente. Essa pessoa abordava dinâmicas de vários temas como autoestima, orientação para o mercado de trabalho, dentre outras, com o objetivo de combater o tráfico e mostrar que os alunos eram capazes de aprender e superar as dificuldades apresentadas e vivenciadas por eles. Trago apenas parte da história narrada por Sobrinho no intuito de destacar que a atuação deste profissional vai além do conteúdo pragmático da escola, perpassa o cotidiano, a realidade local em que estão inseridos esses alunos, cabendo a apropriação de teorias e o desdobramento das mesmas na leitura e intervenção necessária para uma prática eficaz tanto do Orientador Educacional, como do professor e, principalmente para a aprendizagem

²⁵ Entende-se por poder local a composição de forças, ações e expressões organizativas no nível da comunidade, do município, que contribuem para satisfazer as necessidades, interesses e aspirações da população local para a melhoria de suas condições de vida.

significativa do aluno. Não há como dissociar o social do educacional, assim como não há possibilidade de distanciar teoria e prática.

A Orientação Educacional é mobilizadora, quando favorece o surgimento ou aponta caminhos para o estabelecimento das relações pedagógico-educacionais no interior da escola. É mediadora e articuladora, quando se propõe ser ponte entre os sujeitos (alunos x alunos, alunos x professores, escola x família, escola x comunidade) trazendo para o interior da escola o currículo de vida do aluno, prática contextualizada, abordando as multifaces de uma situação para melhor conciliar as partes, percebendo o aluno como ser real e não alguém idealizado; e, transformadora, quando viabiliza um desenvolvimento e aprendizagem significativa e consciente, embasada em uma prática política pedagógica e que vem a contribuir para a formação do aluno como ser crítico.

Podemos adotar também a postura em dizer aquilo que não é Orientação Educacional no sentido trabalhado nessa pesquisa:

Não mais a reboque do já acontecido; não mais esperando encaminhamentos numa sala especial que muito poucos gostariam de frequentar. Não mais um recurso extremo após tentativas inócuas. (SCAPIN, 2005, p.21)

Não mais prática assistencialista, paternalista, ingênua e neutra. Mesmo sendo articuladora com outros especialistas e Órgãos competentes, sua prática está sempre focada no pleno desenvolvimento do aluno e de sua aprendizagem e, fatores externos muitas vezes dificultam o alcance de tais objetivos. Necessitando a parceria, não o cuidar, no sentido restrito da palavra. Mas na ampliação de possibilidades que atendam a cidadania.

Não mais trabalho de gabinete. Mesmo tendo em sua formação acadêmica o estudo da psicologia como aliada nesse processo, seu campo de atuação é extremamente delimitado, cabendo ao Orientador Educacional direcionar a um especialista sempre que se fizer necessário o acompanhamento ou diagnóstico de determinadas situações que dificultem a aprendizagem e até mesmo a socialização do aluno.

Não mais o rótulo do profissional da salinha! Carrega-se nos dias de hoje muitos valores, princípios e práticas fundamentadas e forjadas ao longo de uma trajetória. Algumas dessas práticas ainda carregam profundo ranço nos aspectos que hoje, por muitas vezes, negamos em nosso fazer. Um destes é a conhecida 'salinha'. Inicialmente, conforme apontado por Lourenço Filho (1945), ambiente chamado de gabinete da Orientação Educacional, haja vista a necessidade ao atendimento individualizado, confidencial e crucial para o trabalho que era desenvolvido na época. Sendo preciso auxiliares para que este OE pudesse ajudar a registrar e acompanhar cada um dos alunos assistidos. Enviando correspondência, fazendo

contato com os infrequentes, dentre outras necessidades para o bom andamento do trabalho. O próprio diminutivo da palavra já faz pensar na depreciação do termo e de sua conceituação, desvalorizando as demais ações em virtude deste parâmetro. Posto que sempre que se remete a este termo carrega-se o sentido de “alguém” que sempre se encontra isolado e desconexo da escola, em uma sala a qual se desconhece o seu fazer, ou até mesmo que valida a prática de não fazer nada, ou do atendimento estanque a algum aluno problema, como se costuma rotular. Ainda existe a sala da orientação, por vezes na perspectiva apresentada acima, por vezes numa perspectiva mais abrangente onde se articula com outros atores e pensa-se a escola e as situações a serem abordadas no coletivo e no individual.

Uma das atribuições do Orientador Educacional na rede pública municipal de São João de Meriti é ter sua atuação pautada, segundo Regimento Escolar na função e caráter social da escola.

Artigo 15 - Sua ação deverá ser pautada no contexto político pedagógico, partindo da reflexão e compreensão da função social da escola, facilitando a socialização do conhecimento e ampliação das potencialidades do aluno em compreender e agir no mundo como cidadão crítico e participativo.

Tendo como princípios norteadores a integração e o diálogo entre todos os sujeitos envolvidos no contexto escolar, embasado no âmbito político pedagógico, socialização do conhecimento e ampliação das potencialidades do aluno, sua ação não pode ser isolada, e sim, articuladora e participativa na efetivação de parcerias entre os sujeitos. O que nos lembra do início da Orientação Educacional, quando pensada nos Estados Unidos, para garantir um mediador no lócus da escola capaz de estreitar esses diversos fazeres com outros especialistas que a escola em si não possuía (e não possui) a condição em ter cada um deles em seu quadro funcional. A diferença é que nos dias atuais esse profissional não é visto como um “bombeiro” e sim um articulador para proporcionar melhor rendimento e aproveitamento dos alunos quanto ao seu desenvolvimento e aprendizagem, sempre, procurando integrar e conscientizar a família e aos Órgãos competentes quanto as suas responsabilidades.

3.3 A atuação do Orientador Educacional no micro e no macro: experiências compartilhadas

A Orientação Educacional desdobra-se muito além do interior da escola e da relação direta com alunos e Comunidade Escolar. Nessa perspectiva situa-se por meio dinâmico com a função de proporcionar e consolidar parcerias a fim de que o aluno seja alcançado em suas necessidades e alcance seu pleno desenvolvimento como proposto na Lei n.º 9394/96:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Art. 2º)

Tomaremos como micro a atuação direta no interior da escola, com a comunidade escolar e local, e, como macro o fazer no lócus da Secretaria Municipal de Educação, haja vista que abordamos a perspectiva de trabalho em uma Rede Pública Municipal, articulada com outros Órgãos competentes que compõem um trabalho conjunto e articulado para melhor atender aos alunos.

O fazer no micro está associado às relações cotidianas, acompanhamentos e articulação com as ações planejadas com base em um trabalho integrado com a participação de todos que compõem a escola, fundamentados em sua proposta-político-pedagógica. O Orientador Educacional tem como papel fundamental e essencial o de mediar todo processo e integrar as ações para melhor alcançar e proporcionar o desenvolvimento e a aprendizagem de seus alunos, bem como o estabelecimento de parcerias para atingir tais objetivos. Seu fazer está interligado a atingir metas comuns com os demais integrantes com foco específico, no tripé acesso-permanência-aprendizagem do aluno. A importância em detectar e prover meios que estimulem a participação, frequência e aprendizagem dos alunos faz-se presente em todo o seu planejar e agir. Sabemos que não é fácil quando se lida com várias situações que fogem a alçada da escola como os aspectos sociais, de saúde, econômico, mas sabemos que como mediadores, articuladores e gerenciadores que são, buscam propor alternativas e possibilidades para melhor atender ao público alvo. Não podemos deixar de enfatizar o seu papel fundamental na construção da Proposta Político Pedagógica da unidade escolar, levando em consideração o seu conhecimento da realidade local e das famílias que são atendidas.

Parcerias com Assistência Social, Serviço de Saúde, Formação Profissional, Serviço de acompanhamento multidisciplinar da própria rede de ensino, dentre outras são essenciais. Atualmente, o Município conta com o Programa Saúde na Escola (PSE) que muito tem contribuído com esse trabalho, assim como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Cabendo ao profissional Orientador Educacional estreitar o diálogo e pontes entre os setores para atender as demandas específicas de cada Unidade Escolar, tendo como base o trabalho realizado anteriormente em parceria com os professores, alunos e suas famílias.

Trabalhar temáticas sociopolíticas para proporcionar a reflexão-ação-reflexão por parte de seus alunos, professores e famílias, com intuito de abordar questões cotidianas e

subjetivas. Tomemos emprestada a experiência vivida por Costa, Orientadora Educacional da Secretaria Municipal de Educação de São João de Meriti há 17 anos.

Desde pequena sempre gostou muito de ler. Apesar de sua família ser muito pobre e da falta de informações, suas possibilidades e opções em virtude disto eram muito limitadas. Estudou com dificuldades para manter-se permanente na escola. O tripé em que hoje se busca assegurar à população estudantil (acesso-permanência-aprendizagem) era algo irreal para ela. O acesso em si já era muito difícil. Não havia o leque de oportunidades que são dadas hoje. Uma das recordações que carrega consigo da primeira escola em que trabalhou foi a experiência de ter conhecido a miséria. Um dia chegou à tarde para trabalhar e permaneceria até o término do turno noturno. Neste dia, encontrava-se ainda um aluno que era do 1º turno e, de acordo com a coordenadora, ele só seria liberado se um responsável o acompanhasse. As horas foram passando e nenhum familiar veio buscá-lo. Não havia como fazer contato telefônico, pois a família não o possuía e a localidade em que a criança residia era de difícil acesso e o menino também não sabia lhes informar como chegar, o endereço apenas no papel, sem referência, não bastava. Já se passava das 20 horas e nada de pais ou responsáveis. Foi quando o porteiro se prontificou a ir com ela até a casa do aluno levá-lo. Mas antes deveriam pedir permissão ao “chefe do morro”. Quando chegavam próximo das casas no alto do morro, foram vendo moradias feitas de papelão e caixotes, não havia ruas e sim corredores e um “casebre” era dentro do outro como num jogo de encaixe. O esgoto circulava entre eles. O mau cheiro insuportável era horrível no local. Costa nunca havia entrado em uma comunidade, não tinha real ideia de como era. Fora o medo, os moradores os olhavam bem desconfiados. Quando finalmente encontraram o “casebre” do aluno e o entregaram aos seus familiares, eles simplesmente lhes disseram que não tinham sentido falta do menino e que achavam que ele estava pela rua. Costa e o porteiro ficaram atônitos e sem palavras. Aquela situação a deixou muito abalada e começou a pensar projetos que auxiliassem a conhecer melhor seus alunos. Costa conhecia a pobreza, mas aquelas crianças viviam na miséria. Não tinham o mínimo do mínimo. Um dos primeiros projetos que fez foi sobre identidade, começando pelo próprio nome, e segundo Costa, ela própria não gostava do seu. O primeiro objetivo específico era que cada um conhecesse a história do próprio nome, depois montassem uma árvore genealógica, estudassem a própria certidão de nascimento e passassem depois para os conhecimentos locais. Costa queria despertar também nos professores maior empatia entre eles e seus alunos, pois conhecendo a história e as dificuldades dos mesmos, os laços afetivos ficariam mais fortes. Muitas histórias surgiram ao longo desse trabalho, dentre

elas, a descoberta de que alguns eram cuidados não por seus pais biológicos e sim por padrastos. O que para algumas crianças era de total desconhecimento.

Percebemos que histórias como essa são constantes na vida dos Orientadores Educacionais, pois se veem com muita frequência sobre o excedente de visão do outro e para o outro. São afligidos pelas situações alheias em darem seus próprios passos, únicos e responsáveis em direção a estas crianças, a esses alunos. Não há como dar conta apenas de um currículo com conteúdo básico, há que se abranger e dar espaço para tratarmos o currículo oculto e as vivências que permeiam a própria vida dos sujeitos da escola, suas singularidades.

Algumas limitações os rodeiam como encaminhamentos feitos ao Conselho Tutelar, prática inerente do Orientador Educacional. Sejam por infrequência, evasão, comportamento, abuso e violência sexual ou doméstica, dentre tantas outras causas. Nesse fazer não cabe a omissão! Na competência do Município pesquisado cabe ao Orientador Educacional e Diretor da Unidade Escolar fazer tais notificações ao Conselho Tutelar.

Preciso apresentar algumas colocações feitas por Rabelo durante os encontros. Segundo ela, no momento das conversas estava sentindo-se desmotivada. Embora tenha enfatizado que gosta e que tenha feito toda a sua trajetória profissional até aquele momento com muito amor. Observa que sua profissão parece estar em processo de extinção. Os alunos faltam, tenta-se contato com as famílias, encaminha-se ao Conselho Tutelar. Outras, não são possíveis encaminhar, pois se depara com o dilema de preservar sua vida ou proporcionar o devido atendimento e direcionamento aos alunos. Haja vista que alguns desses alunos possuem suas famílias envolvidas em situações ilícitas e que trazem risco e colocam em xeque a segurança do profissional Orientador Educacional. Sente-se insegura, desamparada e com uma sobrecarga muito grande. Diz estar em momento de reflexão.

Como nos sinaliza Rabelo, por muitas vezes os Orientadores Educacionais se sentem desmotivados frente às demandas e o não retorno por melhores condições de trabalho e mudança na realidade de seu alunado. Essa situação acarreta em crise existencial, sensação de impotência, que os conduzem a uma fragilidade do fazer e pensar a sua prática como algo relevante ou não. Abandono que ocorre hoje na sociedade como um todo, falta de segurança pública, de instabilidade financeira, uma carreira construída, mas que está em um momento de possível extinção tal como a conhecemos.

O que lhes permite uma articulação e embasamento mais abrangente para suas ações no interior da unidade escolar é justamente o fazer do Orientador Educacional, por meio de sua atuação no campo macro que é a Secretaria de Educação, fazendo pontes com setores importantes para o desenvolvimento deste trabalho, bem como o diálogo com os demais

setores da própria Secretaria para o estreitamento das ações a serem planejadas, legislações pertinentes ao cotidiano.

A visão macro da Orientação Educacional caminha justamente na direção de ações globais a fim de dar subsídios para que o Orientador Educacional do micro consiga alcançar seus objetivos e respaldo para suas práticas. Não deixando este de ser acometido por circunstâncias que muitas vezes também o afligem e fogem a sua competência. São articulações realizadas com Ministério Público, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Ação Social, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e da Juventude, Órgãos como o Conselho Municipal de Educação, Conselho Escolar. Parceria com outras instituições como Universidades, Organizações Não Governamentais (ONG), a fim de garantir a formação continuada do grupo de profissionais. Assim como disponibilizar aquilo que se tem de aspectos legais, formativos que auxilie em sua prática. Mantendo esses profissionais no que há de recente, inovador e que possibilite melhores práticas.

Araújo, Orientadora Educacional na rede municipal de São João de Meriti. Assim como Cardoso, fruto do concurso interno, sua função inicial era de Professora II. A escolha pela carreira a perseguir durante sua escolha na graduação decorreu após momentos de muita dúvida, haja vista que poderia optar apenas por uma habilitação e isso seria fator determinante para prosseguimento e conclusão do curso, assim como a continuidade de sua vida profissional. Embora o perfil pedagógico fosse algo muito latente nela, nesta ocasião o que pesou mais foi uma escolha embasada no caráter religioso, de fé, pois acreditava que poderia ajudar de alguma forma as pessoas através dos instrumentos da Orientação Educacional. Buscava conciliar um chamado pessoal de fé com a profissão. Sabia que na prática da profissão não seria adequado a propagação de um evangelho, mas as ações em si, para ela estavam muito interligadas à pessoas. Ouvir pessoas, trocar ideias, dialogar, tentar ajustar um conflito, chamar as pessoas a um diálogo e propor ou conduzir uma proposta compartilhada de ajuste. Sua identificação com a professora responsável pela Orientação Educacional no curso, assim como suas experiências, suas linhas de pensamento, sempre muito dialógica, voltada para Paulo Freire, a encantou e muito contribuiu em sua formação. E desta forma chegou ao consenso de que poderia aliar tais intenções em seu íntimo, à sua escolha de vida e trabalho. E durante todo seu tempo de profissão não se arrepende da carreira construída e da escolha feita.

Atuou não apenas como Orientadora Educacional no interior da unidade escolar como em outras funções na Secretaria Municipal de Educação. Compreende que o suporte obtido durante sua graduação e pelo fato da Orientação Educacional lidar diretamente com as

diferenças e buscar um olhar amplo nas relações no interior e exterior da escola isso colaborou grandemente para exercer novos papéis. Não apenas ela, assim como outras exerceram cargos de chefias em diversos departamentos, dentre estes: Superintendência de Educação, Supervisão Educacional, Coordenadoria de Ensino, Coordenadoria de Formação Continuada e até mesmo da Subsecretaria de Educação.

Atuou como Coordenadora da Formação Continuada, no programa chamado Prosa em Meriti e atualmente é chefe do Departamento de Educação Infantil do Município. Para Araújo a sua colaboração enquanto Orientadora Educacional, mesmo nos demais cargos sempre lhe trouxeram a tona a necessidade de trabalhar em prol das relações entre os pares, haja vista que para ela relações interpessoais é um amplo campo a ser abordado tanto na esfera micro como macro da instituição escolar e da familiar. Profissionais têm adoecido, tem se sentido desanimado e desmotivado a comparecerem a seus locais de trabalho. Com isto Araújo não quer dizer que seja competência do Orientador Educacional solucionar tal situação, mas sim prover meios e parcerias que possibilitem a discussão e a melhor alternativa para abrandar, se não solucionar o problema.

Araújo percebe nas unidades escolares OP, OE e diretor cada um focado apenas para o seu lugar, seu campo de atuação. E isso é péssimo! Porque o restante dos profissionais não consegue se integrar por isso. Com você o profissional “X” consegue uma coisa, com o outro ele diz não. Então ele já sabe onde tem as brechas. Então parece que torcem para que essa equipe não seja unida. Porque se eles não forem unidos, são fracos, sem liderança. Ao passo que quando essa equipe de pedagogos se integra fica mais provável a integração de todos.

Penso que assim como exposto por Araújo, essa desintegração, desarticulação entre os pares também precisa desaparecer dos próprios setores internos da Secretaria de Educação, cabendo maior integração e articulação para que desta forma isso se torne algo espelhado para as unidades escolares. O cuidado para com seus profissionais, ações integradas com foco nos mesmos objetivos e metas estabelecidas.

Hoje temos a grande demanda de atingir as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2014), Lei n.º 13.005. Em que o Município de São João de Meriti, também conta como protagonista desse processo, atendendo com a elaboração e alcance das metas de seu Plano Municipal de Educação-PME (2015-2025) Lei n.º 2004 de 17 de junho de 2015. Dentre suas metas destaco algumas que avalio como pertinentes a um trabalho integrado com a Orientação Educacional.

1.14) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de

transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

2.4) fortalecer, ampliar e garantir o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude não esquecendo dos deveres dos alunos e família;

3.6) estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino fundamental, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.

3.12) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual, por faixa etária ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão; (PME, 2015-2025, SJM)

Todas as metas e estratégias apresentadas acima focam nas mesmas ações: acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência dos alunos, independente do segmento, compreendendo as modalidades ofertadas pelo Município pesquisado. Sempre em colaboração com as famílias e com Órgãos Públicos de Assistência Social, Saúde e Proteção à infância, adolescência e juventude. Atuando na prevenção e combate as situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, práticas irregulares de exploração do trabalho, uso de drogas, gravidez precoce. Implementando tanto no nível macro, como no micro, políticas e ações preventivas e de combate à evasão, independente das causas. Priorizando estabelecer em conjunto condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos.

Tratando-se de educação pública, não podemos deixar de enfatizar a gestão democrática como muito bem pontuada no Art. 3º, inciso VIII da LDB 9394/96 “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” e que vem a ser meta tanto no Plano Nacional de Educação como no Plano Municipal de Educação de São João de Meriti. A participação efetiva de todos no pensar e fazer a educação pública. Leis anteriores que instituem a criação de Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis.

19.4) ampliar, apoiar e fortalecer eleições para os grêmios estudantis, assegurando-se, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5) consolidar e fortalecer a existência de conselhos escolares, assegurando-se, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas, fomentando a sua articulação orgânica com os demais Conselhos da educação e de proteção a infância e juventude.

19.6) promover a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação Comunidade Escolar na avaliação de docentes e gestores escolares; (PME, 2015-2025, SJM)

Percebe-se a ação elementar do Orientador Educacional na articulação deste planejamento, da aproximação da Comunidade Escolar, principalmente alunos e família no diálogo e construção de propostas pertinentes ao alcance de tais metas e validação de um fazer participativo e democrático no interior da escola e da Secretaria de Educação.

A Orientação Educacional desde seu início até os dias atuais sofreu várias mutações identitárias, muitas delas ocasionadas pela própria formação e ideologia do papel a ser desenvolvido por ela. Hoje colhemos os frutos de um trabalho desenvolvido há muitos anos, ora com perspectivas, ora sem um foco. Isso me remete a pensar em 1945, quando Lourenço Filho nos conta sobre a Orientação Educacional, ao que se pretendia ser alcançado com ela. Desde seu início sempre se desdobrou em múltiplas identidades. Em 1928, de acordo com a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos²⁶, um autor chegou a listar 57 espécies de orientação, encontradas em diferentes escolas norte-americanas. As várias possibilidades de compreensão e adoção de práticas nesse campo sempre foram variadas. E se pensarmos nos dias de hoje, quantas Orientações Educacionais existem? Em um único município se faz perceber várias Orientações existentes. Pautadas no caráter psicológico, no assistencialismo, no paternalismo, na cidadania, no pedagógico-educacional e se continuássemos ao longo da pesquisa a descortinar nos encontros, muitas outras surgiriam.

A estagnação nas literaturas e material próprio para essa área muito veio a colaborar para falta de entendimento e atenção destes profissionais. Visto que para sobreviver aos desafios enfrentados em seu cotidiano necessitou que suas práticas fossem embasadas mais uma vez na psicologia, e em outras áreas a fins, como a neurociência e o próprio direito. Ramificações para atuação deste profissional proporcionou a criação da psicopedagogia com intuito de trabalhar as deficiências da aprendizagem e comportamento, área ainda não reconhecida academicamente nos dias de hoje, mas que tem tomado grande proporção por novos adeptos, uma mistura de psicologia com pedagogia.

Ao nos depararmos na busca por referência bibliográfica pude constatar a ausência de publicações recentes, seja livro, artigo acadêmico, dissertações ou teses. O que nos anos 80 e 90 foi o grande auge desta área, hoje podemos dizer que temos publicações dos mesmos

²⁶ Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, volume V, 1945.

materiais com nova capa, novo prefácio, mas nada de novo. E ainda assim são poucos com o olhar específico para a Orientação Educacional. Da mesma maneira percebo que inicialmente, quando não se tinha publicações, sindicatos, organização para o trabalho do Orientador Pedagógico (hoje também conhecido como Coordenador Pedagógico), caminhou em um sentido oposto ao da Orientação Educacional, todo o foco de publicações, discussões a nível *stricto sensu* têm se debruçado para este profissional.

Assim como a nomenclatura na orientação pedagógica tem se modificado em algumas instâncias, tal como na rede privada e na vasta literatura que a tem abordado sobre a temática nos últimos anos, tendo sido adotado o termo coordenação pedagógica, assim penso que a orientação educacional poderia ser revisitada e modificada para coordenação ou articulação educacional. Haja vista que em um sentido mais amplo e dentre as múltiplas orientações educacionais existentes, hoje a palavra coordenação muito mais se aproxima da mediação e articulação que a mesma vem praticando, não deixando de lado muitos dos aspectos que a constituiu e validou sua prática. Acredito que muitos dos entraves para o entendimento e apropriações deste profissional se dissipariam e ampliariam o debate para uma identificação profissional mais solidificada e compreensiva por meio dos sujeitos que lidam com ela direta ou indiretamente.

A mudança que se pede aos Orientadores Educacionais não é simples, mas, sim, um processo complexo, pois requer rever práticas e concepções que já estão arraigadas como, conhecimento da dinâmica de seu trabalho, da abordagem a ser tratada, metodologia, valores entre tantos outros aspectos. Para que isso ocorra, uma adaptação à maneira de conceber o novo e período favorável para viver a experiência e integração dessa nova perspectiva de trabalho e da própria formação demanda tempo. É fundamental a aproximação das Instituições formadoras destes profissionais com o local de atuação dos mesmos a fim de diminuir as lacunas e a considerável distancia vigente entre formação e *locus* de trabalho.

CONSIDERAÇÕES TRAJETÓRIA LONGA E INCONCLUSIVA

TARTARUGA

Desde a tartaruga nada não era veloz.
 Depois é que veio o forde 22
 E o asa-dura (máquina avoadora que imita os
 pássaros, e tem por alcunha avião).
 Não atinei até agora por que é preciso andar tão
 depressa.
 Até há quem tenha cisma com a lesma porque ela
 anda muito depressa.
 Eu tenho.
 A gente só chega ao fim quando o fim chega!
 Então pra que atropelar?
 Manoel de Barros

Algumas coisas nos acometem com uma velocidade e intensidade que nos questionamos se realmente necessita ser desse jeito. Está próximo o fim da escrita dessa dissertação e o início de novas escritas por outros pesquisadores, que vislumbrem a possibilidade e a relevância em dar continuidade, em descortinar e aprofundar aquilo que não fui capaz ou mesmo daquilo que não era o intuito desta pesquisa. Não sei se será o fim da Orientação Educacional tal como a conhecemos e um novo horizonte, uma nova história se inicia para tais profissionais. Por vezes ser superado por um Forde 22 nos angustia demais. O que sei, ou o que penso saber é que não devemos perder, jamais, a nossa essência, seja como lesma, vivendo calmamente cada segundo, seja como aviões, sempre velozes.

Alguns aspectos que envolvem nosso trabalho nos tocam muito mais do que um simples fazer técnico. Nos toca a alma, nos sensibiliza, nos rouba noites de sono, nos traz inúmeras inquietações e angústias. Do mesmo modo como o contentamento e a alegria nos invadem de modo inexplicável, quando acompanhamos os avanços, o desenvolvimento, as conquistas daqueles que alcançamos com nossas ações. Afinal somos e lidamos com outros seres humanos e de que valeria toda técnica sem que não nos permitíssemos a beleza de ser envolvidos e tocados pela própria vida?

Busquei apresentar ao longo desta pesquisa as histórias ouvidas e sentidas durante os encontros. Não desejo o mesmo fim que ocorreu com Antonio Biá, após a saída de todos da cidade e com a última possibilidade de resgate, não tenha me sido possível o registro das várias histórias. A poesia da Tartaruga me serviu de consolo, de refrigério quando me deparei

com a dificuldade não apenas de por um ponto final nesta dissertação, mas também quanto a própria caminhada percorrida pela Orientação Educacional e os rumos possíveis a serem dados a partir das novas propostas de atuação e formação do pedagogo.

O presente trabalho trouxe em sua essência a ideia de apresentar as histórias e os diálogos proporcionados durante os encontros, segundo ambiente e condições em que os envolveram. Tendo a preocupação em socializar um pouco das histórias, ideias e preocupações com a área e sua colaboração com o cenário atual, acontecimentos que possibilitaram a constituição da Orientação Educacional em São João de Meriti, tal como é hoje. Um breve passeio no espaço tempo, em que Orientadores Educacionais contaram suas histórias, memórias e vivências a partir da década de 80 até a presente data. Diferentes gerações, que ocupam lugares distintos no tempo-espaço, que contribuem com suas perspectivas e experiências.

Bakhtin (2011), autor que permeou nossos encontros, diálogos e escrita, nos aponta que sempre quando falamos e ouvimos, produzimos enunciados que respondem ao nosso interlocutor. Enquanto ouvimos, também falamos. Ouvir e falar são movimentos de uma mesma atividade. É a partir da relação e da interação com o outro, por meio da alteridade, ou seja, são contrapalavras às palavras do outro. Permito-me ser entendido pelo outro e assim o fazem para comigo, assim construo a compreensão, percurso ativo e responsivo. Como em todo trajeto percorrido até aqui, assim desejamos dar uma pausa para que outros o percorram também. Esse é um momento apenas para encerrar uma escrita, mas o caminho, esse continua!

Falamos, nos expressamos tanto e nos parece, nos fica sempre um vazio, uma sensação de incompletude, de que algo nos faltou. Depois da interação, das trocas, essa sensação de vazio que o outro nos proporciona a qual Bakhtin chama de incompletude, que nos move a querer buscar, a desejar conhecer mais. Geraldi (2013):

Costuma-se atribuir esses ‘tormentos da palavra’ tanto ao fato de que *não bastam* as palavras para expressar nossas *emoções* quanto ao fato de que nossas palavras são *impotentes* para transmitir tudo aquilo que ‘a alma quer dizer’. Nossa tarefa é aclarar se essas afirmações correspondem à realidade, se de fato os ‘tormentos da palavra’ são só consequência da ‘insuficiência’ das palavras ou de sua ‘impotência’. (p.145)

Coloquei-me a disposição de “ver de ouvir”. (Barros, 2008²⁷). Afastando-me para dar uma possível compreensão das coisas e não a verdade. É a minha visão, o meu recorte dado à pesquisa. Meu pré-acabamento ao evento, pois acredito que a cada leitura realizada por mim,

²⁷ Vídeo Manoel de Barros: Só dez por cento é mentira, 2008.

tantos outros surgirão. Penso ser para mim, algo inerente, algo cíclico, que me permita recomeçar e rever, uma atividade de começo, mas não com um fim absoluto. Sempre na busca por resposta. E deixo para o leitor, dentre as várias possibilidades de relação com o texto produzido, os muitos acabamentos que poderão ser dados a cada leitura.

Na etapa final da escrita, vivi a ansiedade de desejar que esse fim chegasse ao mesmo tempo em que me sentia pressa a algo que me mantivesse ainda sem querer que chegasse. Senti um rebuliço de emoções. Afetada enquanto pesquisadora, enquanto Orientadora Educacional.

Mas o pesquisador precisa chegar ao fim quando o fim chega mesmo ciente de que outras etapas do seu trabalho nascem a seguir, como bem nos provoca Amorim (2004) ao dizer que “toda pesquisa só tem começo depois do fim”. (p.11) Fica a sensação de que poderia haver algo a mais a dizer para deixar a pesquisa ainda mais completa, ou mais atual. Um livro a mais a ser lido, outro autor a ser conhecido, um conceito a ser aprofundado ou mais um trecho do material de campo a ser incluído. O desejo de uma totalidade, de uma perfeição felizmente inalcançável, pode parecer estimulante, mas é uma armadilha.

A palavra não possui a mesma maleabilidade que a argila possui, ao contrário, por vezes para ganhar forma, sentido, há que se gastar, que aparar muitas arestas tal como o mármore antes de se tornar uma bela peça artística. Nela há poder! Poder para alargar, aprofundar, construir ou desmoronar reinados, diga-se de passagem. A palavra carrega em si um mundo de imprevisto e de intempéries se usadas de modo desordenado, portando todo cuidado é pouco ao usá-la e de como usá-la. Assim se dá em seu processo de escrita, o uso incorreto de um ponto, de uma vírgula, pode nos conduzir a caminhos que não eram os desejados ou tão quistos.

Foi nesse movimento da palavra alheia, palavra minha que iniciamos o processo da pesquisa, a escolha do tema, o caminho, as várias ruelas percorridas e, assim o queremos finalizar. A medida que o outro se manifestava por meio do diálogo ou até mesmo do silêncio a pesquisa foi seguindo. Momentos de refazer a caminhada, olhar para trás e perguntar onde realmente desejávamos chegar. Os encontros como sinalizados nos capítulos anteriores se deram de várias maneiras, de acordo com as oportunidades, mas em todas sempre alteros, sempre intensos, haja vista que se colocaram à disposição para o encontro àqueles que realmente estavam dispostos a esse compartilhar. Embora não tenha sido o foco de estudo desta pesquisa salientamos a importância do registro por meio de documentos que retratem a história, as memórias, consolidando a preservação do patrimônio documental, visando ao acesso à informação. A lei sancionada em 18 de 11 de 2011, sob o n.º 12.527, tornou-se um

marco na história da sociedade da informação, e necessitamos nos apropriar dela nos registros de âmbito das memórias educacionais também. A definição dos documentos como bem patrimonial cultural pela Constituição Federal de 1988 favoreceu o olhar sobre o patrimônio documental do país e sua preservação. O Município necessita manter o compromisso constitucional de acesso às informações consideradas de caráter público, agora regulamentado pela criação de uma lei específica.

Percebemos ao longo do texto que história e memória se dão, atualmente e em grande parte, por meio de narrativas das pessoas envolvidas na Instituição Secretaria Municipal de Educação de São João de Meriti. Os documentos são a essência de uma organização, a memória de uma sociedade. Este é um dos fatos relevantes que aponto na pesquisa, algo que salta aos olhos, o não registro das ações de trabalho e seus desdobramentos. Ficando assim sempre um recomeço em uma nova gestão governamental.

Vimos no decorrer do texto que a Orientação Educacional teve seu início num enfoque mais psicológico, que proporcionava em sua prática, em seu fazer o ajustamento dos alunos à instituição escola e à sociedade. Trabalhava-se com o perfil de aluno ideal. Muitas vezes cabia a esse profissional silenciar a voz do aluno e até mesmo da família. O que também percebemos que ainda ocorre nos dias atuais. Hoje caminha e procura atuar numa dimensão pedagógica e social, com ênfase no conhecimento que promova e possibilite a transformação desse sujeito, da escola e da própria sociedade.

Seu objetivo atualmente está centrado na ação de mostrar o pedagógico da Orientação Educacional, identificando seu papel na escola, na sociedade, sua colaboração para superar junto com a equipe e comunidade escolar os desafios enfrentados no cotidiano. Sempre desenvolvendo um trabalho integrador e integrado, no qual a mediação seja o seu eixo condutor.

Inúmeros são os desafios que a escola enfrenta, pois inúmeros também são os desafios enfrentados pela sociedade, em ritmo crescente de mudança em todos os aspectos. A escola não é a redentora do sujeito e tão pouco da sociedade, mas é um potente instrumento de transformação e enfrentamento da dinâmica que rege o social. Vejo como fundamental o campo da Orientação Educacional, o redimensionamento dado em sua formação, mas que necessita ser melhor articulado entre a academia e sistemas de ensino, principalmente o público. Concretiza-se isto a partir dos concursos realizados, onde o exercício da profissão não dialoga com o discurso acadêmico. E que necessita, urgentemente, ser alinhado.

A Orientação Educacional deve continuar existindo – com novas percepções e significados – ajudando a superar os desafios, mas trabalhando com novos eixos

paradigmáticos da educação que envolve as questões do conhecimento, MS também dos valores e atitudes e emoções. Temos que investir numa formação que apoie essas mudanças e ajudem a interferir nas mudanças que se deseja construir. (GRISPUN, 2005, p. 91)

Antes tínhamos a visão de que a escola oferecia o que de melhor, que o professor era o detentor do saber e por isso cabia o ajustamento de seus alunos. Hoje percebemos que tal ação caminha cada vez mais para o estreitamento e interação dos diferentes saberes, cada qual do seu lugar, mas que muito podem contribuir e acrescentar uns aos outros. Obtivemos no aspecto democrático e dialógico, a efetivação de grêmios estudantis, conselhos escolares, composto por agentes que antes não tinham a possibilidade de interagir e participar das tomadas de decisões com a escola, por ser considerado que seus saberes eram distintos e inválidos daqueles que a escola apregoava. Considero importante a participação do Orientador Educacional nesse processo, em que uma de suas atribuições seja exatamente a integração e articulação escola-comunidade.

O Orientador Educacional está imerso nos conflitos, tensões, divergências, igualdade x desigualdades, limites e possibilidades, cabendo a ele ser o sujeito mediador, dinamizador, com ações voltadas para o projeto político pedagógico com intuito de que o aluno seja o verdadeiro protagonista no processo ensino-aprendizagem. Seu papel hoje é de argumentar, discutir e refletir sobre as problemáticas existentes, de modo a transformar os sujeitos da escola, principalmente, o aluno, sendo mais crítico e consciente da sociedade em que está inserido e evidenciando valores como parceria, coletividade, solidariedade, entre outros, para ajudar na construção de uma sociedade mais justa, mais humana e mais solidária.

A ação de empoderamento desses sujeitos em seus campos de atuação é que tem mantido acessa a relevância da atuação e existência de tal área e de seus profissionais. Ainda existem aqueles que fazem a diferença, que alcançam resultados satisfatórios na prática educativa e social. Momento ímpar da nossa sociedade que tanto tem sido acometida por circunstâncias, violência, insegurança tantas outras demandas que necessitam cada vez mais investir na formação integral de seus sujeitos, enquanto cidadãos integrantes e transformadores dessa triste realidade que estamos vivendo.

O outro é sempre imprevisto. É livre para se expressar, caso contrário não haveria a beleza proporcionada pela surpresa do que é dado no encontro, na conversa com o outro. Essa incerteza, essa incompletude é o que justamente torna a pesquisa atividade viva, criativa e ativa. É que nos viabiliza pensar novas possibilidades, novas práticas, novas intervenções e

proposições para um campo que atualmente encontra-se em desconstrução e construção constante.

Percebemos que desde seu início a Orientação Educacional é algo emblemático, de difícil compreensão e aceitação de suas práticas. Talvez pelo fato de nunca ter sido pensada como algo muito específica. Onde depende dos sujeitos com quem se relaciona, no contexto em que está inserida, dos objetivos específicos propostos a serem atingidos com um trabalho direcionado ao grupo para quem se planeja. Sendo única em cada local, em cada relação estabelecida, com especificidades para cada segmento de escolaridade.

Precisamos pensar de fato quanto a essa multiplicidade de identidades e se o objetivo é padronizar ou possibilitar a esse campo sua permanência no âmbito educacional com um olhar redirecionado para suas práticas e formação específica deste pedagogo. Desde o início de suas práticas ganhou um mundo dentro de outro no âmbito escolar, com várias perspectivas e possibilidades de atuação, sendo por vezes passiva ao processo educacional reproduzindo o sistema, sendo ativa quando busca alternativas para gerar no grupo com que lida o sentimento de pertencimento e de valorização para transformar aquilo em que estão em desacordo e que julgam necessário trazer ao diálogo e a uma construção coletiva. Esperançosa como Paulo Freire diz, esperança com ação, na busca de transformação.

Se pensarmos a escola como um núcleo com identidade própria, de acordo com suas características, público atendido, localidade em que está inserida, assim pensaremos a Orientação Educacional. Uma Orientação com perfil identitário próprio e único àquele contexto em que está inserida e propósito a que se propõe. Assim percebo a Orientação Educacional como algo em constante transformação com infinitas identidades. Sendo revisitada, repensada a todo o tempo.

Tudo se transforma.

Recomeçar é possível até no último suspiro.

Mas o que aconteceu, aconteceu.

E a água que puseste no teu vinho não pode mais ser retirada.

O que aconteceu, aconteceu. Porém tudo se transforma

E recomeçar é possível mesmo no último suspiro.

(B. Brecht)

REFERÊNCIAS:

- AGUIAR, M. A. S. et. al. **Diretrizes curriculares do curso de Pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 819-842, out. 2006.
- ALVES, Nilda e GARCIA, Regina. **Rediscutindo o papel dos diferentes profissionais da escola na contemporaneidade.** In: FERREIRA, Naura Syria (Org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. **Atravessando fronteiras e descobrindo (mais uma vez) a complexidade do mundo.** In: ALVES, Nilda (Org.). O sentido da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- AMORIM, Marília. **O detetive e o pesquisador.** IN: Documenta. Rio de Janeiro: UFRJ. Ano VI. N.8. 1987.
- _____. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas.** São Paulo: Musa Editora, 2004.
- _____. **Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”.** IN: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin, dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. **Cronotopo e exotopia.** IN: BRAIT, Beth. Bakhtin: outros conceitos-chave. 2ª.ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Editora Hucitec, 2012.
- _____. **Estética da criação verbal.** 6.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. **Para uma filosofia do ato responsável.** 2.ª Ed. São Paulo: Pedro & João Editores, 2012.
- BARROS, Manuel de. **Só dez por cento é mentira.** Vídeo, 2008. Acessado em 26/11/2015. www.youtube.com/watch?v=QZLC8wNVtfs
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2005 (p.191-200).
- BISSOLLI DA SILVA, C. S. **Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade.** Campinas: Autores Associados, 1999.
- BRAIT, Beth. **A personagem.** São Paulo: Ática, 1985.
- BRANDÃO, C.R. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador.** São Paulo, Cortez, 2003. (Série saber com o outro; v.1). p 9-66.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em 24/06/2017
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional.** Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso às informações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acessado em 24/06/2017.

_____. **Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acessado em 24/06/2017.

_____. **Lei 10.287 de 20 de setembro de 2001.** Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10287.htm Acessado em 24/06/2017.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.** Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.

_____. **Plano Nacional de Educação/PNE.** Lei nº 13.005/14, de 25 de junho de 2014.

_____. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF: MEC, 2014.

CAFFÉ, Eliane. **Narradores de Javé.** Filme. Brasil: 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8> Acessado em 24/05/2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Cartilha de orientação sobre a implantação da Lei n. 10.287/01.** Brasília, Série Ação Parlamentar, 2002.

CAMOZZATO, Viviane Castro; COSTA, Marisa Vorraber. **A educação permanente e as impermanências na educação.** Educar em Revista, Curitiba, Edição Especial, nº 1, p.153-169, jun. 2017.

CAMPOS, M. M. **Pesquisa Participante: possibilidades para o estudo da escola.** In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (49): 63-6, maio 1984.

CAZALES, Zaira Navarrete. **Proceso de construcción identitaria del pedagogo universitario en México.** Cadernos de Pesquisa, v. 38, nº 134, p. 503-533, maio/ago, 2008.

CRUZ, Gisele Barreto da. **Teoria e prática no curso de pedagogia.** IN: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 149-164, 2012.

CRUZ, Gisele Barreto da. **70 anos do curso de pedagogia no brasil: uma análise a partir da visão de dezessete pedagogos primordiais.** IN: Educação e Sociedade, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1187-1205, set./dez. 2009.

DIAS, Ana Beatriz Ferreira. **Amorosidade nas ciências humanas.** In: Palavras e contrapalavras: circulando pensares do Círculo de Bakhtin. São Carlos: Pedro & João Editores, caderno de estudos V, 2013.

FEINGOLD, Lilian Conceição. **Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional.** Porto Alegre: Medicação, 2010.

FILHO, Lourenço. **Orientação Educacional.** IN: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. V, julho de 1945.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. **Orientação educacional: ressignificando seu papel no cotidiano escolar.** Acessado em 20/07/2015. <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0165.html>

FREIRE. P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura)

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva.** 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

- GEge, Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso - UFScar. **Palavras e contrapalavras: Glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin**. São Carlos: Pedro & João Editores, caderno de estudos I, 2009.
- GEge, Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso - UFScar. **Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia Bakhtiniana**. São Carlos: Pedro & João Editores, caderno de estudos IV, 2012.
- GEge, Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso - UFScar. **Palavras e contrapalavras: constituindo o sujeito em alter-ação**. São Carlos: Pedro & João Editores, caderno de estudos VI, 2014.
- GERALDI, João Wanderley. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: **Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia Bakhtiniana**. São Carlos: Pedro & João Editores, caderno de estudos IV, 2012.
- GERALDI, João Wanderley. Que é a linguagem? In: VOLOCHÍNOV, Valentin IN. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Organização, tradução e notas de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p.131-156.
- GIACAGLIA, Lia Renata Angelini e PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação Educacional na prática: Princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos**. 6.^a Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin. **O Espaço Filosófico da Orientação Educacional na Realidade Brasileira**. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.
- _____. (org). **Supervisão e Orientação Educacional: Perspectivas de integração na escola**. 2.^a Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. (org) **A prática dos Orientadores Educacionais**. 7.^a Ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. **Autonomia e ética na escola: o novo mapa da educação**. São Paulo: Cortez, 2014.
- HARDT, Lúcia Schneider; MOURA, Rosana Silva de. **Entre a interrupção e a criação de práticas pedagógicas: a tarefa filosófica do pedagogo na escola para educação a distância**. Educar em Revista, Curitiba, Edição Especial, nº 1, p.39-50, jun. 2017.
- HOUSSAYE, J. et al. **Manifesto a favor dos pedagogos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia**. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v.3. n.2, p. 28-60, julho/dezembro de 2007. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/3553>. Acessado em 24/06/2017
- JOBIM E SOUZA, S. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. São Paulo, Papyrus, 1994.
- LARROSA, J. **Pedagogia profana: danças piruetas e mascaradas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- LIBANEO, Jose Carlos. **Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores**. *Educ. Soc.* [online]. 2006, vol.27, n.96, pp. 843-876. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000300011>. Acessado em 20/04/2015.
- _____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Que destino os educadores darão à Pedagogia?** In: PIMENTA, Selma (Coord.). *Pedagogia, ciência da Educação?* São Paulo: Cortez, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos & PIMENTA, Selma. **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança.** In: *Educação e Sociedade*. Campinas: CEDES, no. 68, dez. 1999.

MACCARIELLO, Maria do Carmo. A construção coletiva da escola: consciência, representação e prática social. In: GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin. (org). **Supervisão e Orientação Educacional: Perspectivas de integração na escola.** 2.^a Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINS, Onilza Borges; MOSER, Alvino. **Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch.** IN: *Revista Intersaberes*, vol. 7, n.13, p. 8-28, 2012. ISSN 1809-7286.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Documento, história e memória: importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação.** *Informação & Informação*, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 26-42, mar. 2015. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>>. Acessado em: 17/06/2017.

MIOTELLO, Valdemir e MOURA, Maria Isabel de. **Pensando questões sobre a alteridade e a identidade.** IN: *Palavras e contrapalavras: circulando pensares do círculo de Bakhtin*. São Carlos: Pedro & João Editores.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 11^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PASCOAL, Miriam; HONORATO, Eliane Costa e ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida de. **O orientador educacional no Brasil.** *Educ. rev.* [online]. 2008, n.47, pp. 101-120. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982008000100006>. Acessado em 20/04/2015.

PASSOS, Mailsa C. P. **Encontros cotidianos e a pesquisa em educação: relações raciais, experiência dialógica e processos de identificação.** *Educar em Revista*, Curitiba: Editora UFPR, n. 51, jan./mar. 2014, p. 227-242.

PASSOS, Mailsa Carla Pinto e CARVALHO, Carlos Alberto. **Práticas, Narrativas e Memórias da Diáspora: paisagens de uma pesquisa.** ANPED, GT-21: Afro-Brasileiros e Educação. Agência Financiadora: FAPERJ. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt21-4792-int.pdf> Acessado em 29/05/2016.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas. **Pedagogia: concepções e práticas em transformação.** *Educar*, Curitiba, n° 35, p.223-236, Editora UFPR, 2017.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivos, memória e justiça: Gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>. Acessado em 24/06/2017.

PIMENTA, S. G. e Ghedin, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil - gênese e crítica de um conceito.** 2^a Ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 7-52.

PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação Educacional.** São Paulo: Edicon, 1980.

- PONZIO, Augusto. A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. In: BAKHTIN, Mikhail M. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, p. 9-38.
- POOLI, João Paulo; FERREIRA, Valéria Milena Rohrich Ferreira. **Pedagogos construindo suas identidades: entre adscrição e escolhas**. Educar em Revista, Curitiba, Edição Especial, nº 1, p.19-37, jun. 2017.
- SCAPIN, Rosy Rosalina. Começo... Tropeços... Recomeços. In: GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin. (org). **Supervisão e Orientação Educacional: Perspectivas de integração na escola**. 2.^a Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SCHEIBE, Leda. **Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: trajetória longa e inconclusa**. In: Cadernos de Pesquisa, Local, v. 37, n. 130, p. 43-62, jan./abr. 2007.
- SÃO JOÃO DE MERITI. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta de Ação Político-Pedagógica – SEMEAR**. São João de Meriti: Editora Graflina, 1998.
- _____. **Regimento Escolar**. Rio de Janeiro, 2010. Mimeo.
- _____. **CULTIVAR – Proposta de Ação Política Pedagógica**. Rio de Janeiro, 2011. Mimeo.
- _____. **Plano Municipal de Educação de São João de Meriti (PME-SJM)**. 2015. Lei 2004 de 17/06/2015.
- SILVA, Jaqueline Luíza. **Orientação e Supervisão Educacional: Reflexões Sobre o Fazer Pedagógico**. Rio de Janeiro: Wak, 2014.
- TEIXEIRA, Anísio. **Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.37, n.86, abr./jun. 1962. p.59-79.
- VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar**. In: NUNES, Edson de Oliveira – A Aventura Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

ANEXOS

1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Orientador(a) Educacional,

Você está sendo convidado(a) como Orientador(a) Educacional voluntário(a) a participar da pesquisa **O QUE DIZEM OS ORIENTADORES EDUCACIONAIS SOBRE A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL**. O motivo que nos leva a escrever sobre as narrativas dos Orientadores Educacionais é o intuito de dar visibilidade a história, identidade e a promoção de diálogo das ações desempenhadas. Vivemos momento de ofuscamento na formação deste profissional. A abordagem será realizada através de encontros, onde contará com conversas informais, em que os sujeitos envolvidos poderão lembrar suas vivências e experiências provenientes de sua participação e atuação na rede de São João de Meriti. As conversas serão gravadas para melhor aproveitamento. Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirando seu consentimento a qualquer momento, anterior ao término da mesma. Sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefício. Tratarei sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os nomes ou materiais que indiquem sua participação não serão liberados sem sua permissão, nem identificados em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. A participação no estudo não acarretará custos e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE:

Eu, _____, Orientador(a) Educacional da Rede Municipal da Cidade de São João de Meriti, fui informado(a) da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar, exceto após o término da pesquisa. A Sra. Gisele Santos Chagas, Orientadora Educacional da Rede e Pesquisadora, certificou-me de que todos os dados dessa pesquisa serão confidenciais. Em caso de dúvidas, poderei entrar em contato através do email giselechagapedagoga@gmail.com ou telefone (21) 988231788.

Declaro estar de acordo em participar deste estudo. Recebi uma cópia desse termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

São João de Meriti, ____ de _____ de 2017.

Assinatura

2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Senhor Secretário de Educação,

Eu, **Gisele Santos Chagas**, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Orientadora Educacional, matrícula 8047, desta rede de ensino, solicito autorização para realizar atividades de pesquisa junto a esta Secretaria de Educação, em especial, com os Orientadores Educacionais. Esclareço que todas as informações coletadas serão apresentadas para fins acadêmicos e científicos da área.

Informações sobre a pesquisa: **O QUE DIZEM OS ORIENTADORES EDUCACIONAIS SOBRE A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL**. O motivo que nos leva a escrever sobre as narrativas dos Orientadores Educacionais é o intuito de dar visibilidade a história, identidade e a promoção de diálogo das ações desempenhadas. Vivemos momento de ofuscamento na formação deste profissional. A abordagem será realizada através de encontros, onde contará com conversas informais, em que os sujeitos envolvidos poderão relembrar suas vivências e experiências provenientes de sua participação e atuação na rede de São João de Meriti. As conversas serão gravadas para melhor aproveitamento. Os envolvidos serão esclarecidos sobre a pesquisa em quaisquer aspectos que desejarem. Serão livres para recusarem-se a participar, retirando seu consentimento a qualquer momento, anterior ao término da mesma. A participação dos mesmos é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefício. Tratarei suas identidades com padrões profissionais de sigilo. Os nomes ou materiais que indiquem suas participações não serão liberados sem suas permissões, nem identificados em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. A participação no estudo não acarretará custos e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

Pesquisadora/Mestranda: Gisele Santos Chagas - giselechagaspedagoga@gmail.com

Pesquisadora/Orientadora: Dra. Flávia Miller Naethe Motta - flaviamnmotta@gmail.com

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO:

Eu, _____, Secretário de Educação da Rede Municipal da Cidade de São João de Meriti, fui informado da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar. A Sra. Gisele Santos Chagas, Orientadora Educacional, matrícula n.º 8047, Pesquisadora, certificou-me que o nome dos entrevistados dessa pesquisa permanecerá em sigilo, exceto daquele que desejar sua identificação. Em caso de dúvidas poderei entrar em contato através do email giselechagaspedagoga@gmail.com ou telefone (21) 988231788.

Declaro estar de acordo em autorizar a realização deste estudo e publicação do mesmo. Recebi uma cópia desse termo de consentimento livre e esclarecido, e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

São João de Meriti, ____ de _____ de 2017.

Assinatura

3. Concurso Orientador Educacional de São João de Meriti – 2011

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº01/2011

ÁREA DE EDUCAÇÃO – SÃO JOÃO DE MERITI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ORGANIZADORA: FUNDAÇÃO TROMPOWSKY

(www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-sao-joao-do-meriti-rj-691-vagas)

NÍVEL SUPERIOR						
CÓDIGO	CARGO	QUALIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VAGAS GERAL	VAGAS NEC ESP	SALÁRIO BASE - R\$
111.	Orientador Educacional	Curso de Graduação em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional.	16 h/ semanais	14	01	840,13
112.	Orientador Pedagógico	Curso de Graduação em Pedagogia com habilitação em Orientação Pedagógica.	16 h/ semanais	14	01	840,13
113.	Supervisor Educacional	Ensino Superior na Área de Educação.	16 h/ semanais	14	01	840,13
114.	Fonoaudiólogo	Curso Superior em Fonoaudiologia e registro no respectivo conselho de classe	20 h/ semanais	04	-	840,13
115.	Nutricionista	Curso Superior de Nutrição e registro no respectivo conselho de classe.	20 h/ semanais	04	-	840,13
116.	Psicólogo	Curso Superior de Psicologia e registro no respectivo conselho de classe.	20 h/ semanais	04	-	840,13
117.	Professor I Ensino Religioso	Curso Superior com Licenciatura Plena e habilitação na disciplina.	16 h/ semanais	03	-	840,13
118.	Professor I Artes	Curso Superior com Licenciatura Plena e habilitação na disciplina.	16 h/ semanais	02	-	840,13
119.	Professor I Inglês	Curso Superior com Licenciatura Plena e habilitação na disciplina.	16 h/ semanais	02	-	840,13
120.	Professor I História	Curso Superior com Licenciatura Plena e habilitação na disciplina.	16 h / semanais	03	-	840,13
121.	Professor I Matemática	Curso Superior com Licenciatura Plena e habilitação na disciplina.	16 h/ semanais	08	-	840,13
122.	Professor I Português	Curso Superior com Licenciatura Plena e habilitação na disciplina.	16 h/ semanais	07	-	840,13
TOTAL DE VAGAS SEME				495	26	**

4. Concurso Orientador Educacional de Duque de Caxias – 2015



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015



O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS/RJ torna público o edital de abertura das inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para preenchimento de vagas e formação de Cadastro Reserva para cargos de seu quadro de pessoal, com base na legislação municipal vigente, notadamente a Leis Municipais nº 1.506/2000, 2.655/2014, nº 2.683/2014 e nº 2.689/2015; o Decreto Municipal nº 2.655/2014; a Portaria da SME – DC nº 03/2015; e, a Constituição Federal, art. 37, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES TABELA DE CARGOS

CARGOS NÍVEL SUPERIOR	REQUISITOS ESPECÍFICOS	INSCRIÇÃO EM R\$	JORNADA	REMUNERAÇÃO EM R\$
Professor I – Artes	Ensino Superior/Licenciatura Plena em Artes	79,90	15 h/s	2.694,72
Professor I – Ciências	Ensino Superior/Licenciatura Plena em Ciências ou Ciências Biológicas	79,90	15 h/s	2.694,72
Professor I - Educação Física	Ensino Superior/Licenciatura Plena em Educação Física e registro no CREF	79,90	15 h/s	2.694,72
Professor I – Geografia	Ensino Superior/Licenciatura Plena em Geografia	79,90	15 h/s	2.694,72
Professor I – História	Ensino Superior/Licenciatura Plena em História	79,90	15 h/s	2.694,72
Professor I – Inglês	Ensino Superior/Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Inglesa	79,90	15 h/s	2.694,72
Professor I – Matemática	Ensino Superior/Licenciatura Plena em Matemática	79,90	15 h/s	2.694,72
Professor I – Português	Ensino Superior/Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.	79,90	15 h/s	2.694,72
Professor I – Educação Especial	Ensino Superior/Licenciatura Plena com habilitação em Educação Especial; e/ou Licenciatura e Pós-Graduação em Educação Especial, ou Inclusiva; e Curso de Formação de Professores para Educação Especial na modalidade Estudos Adicionais	79,90	15 h/s	2.694,72
Professor Especialista – Orientação Educacional	Ensino Superior em Pedagogia com habilitação específica para o cargo ou Licenciatura com Pós-graduação na área	79,90	16 h/s	2.694,72
Professor Especialista – Orientação Pedagógica	Ensino Superior em Pedagogia com habilitação específica para o cargo ou Licenciatura com Pós-graduação na área	79,90	16 h/s	2.694,72

5. Concurso Orientador Educacional de Mesquita - 2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I – Tabela de Cargos, Nível de Escolaridade, Requisitos e Vagas

Código	Cargo	Nível	Requisitos	VAGAS			
				AC	PeD	NI	TOTAL
PAI01	Professor II – Anos Iniciais	NM	Magistério a nível médio ou Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação específica para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	7	1	1	9
PEE02	Professor II – Educação Especial	NM	Magistério a nível médio ou Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação específica em Educação Especial, pós-graduação em Educação Especial ou áreas afins ou, ainda, curso de extensão de, no mínimo, 280 horas de duração em Educação Especial	4	1	1	6
PEI03	Professor II – Educação Infantil	NM	Magistério a nível médio ou Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação específica em Educação Infantil	32	2	8	42
PLP04	Professor I – Língua Portuguesa	NS	Licenciatura Plena em Letras	2	-	-	2
PMT05	Professor I – Matemática	NS	Licenciatura Plena em Matemática	9	1	2	12
PCI06	Professor I – Ciências	NS	Licenciatura Plena em Ciências	3	-	1	4
PGE07	Professor I – Geografia	NS	Licenciatura Plena em Geografia	3	-	1	4
PHI08	Professor I – História	NS	Licenciatura Plena em História	2	-	1	3
PEF09	Professor I – Educação Física	NS	Licenciatura Plena em Educação Física	7	1	1	9
PAMI0	Professor I – Artes (Música)	NS	Licenciatura Plena em Música	2	1	1	4
PAP11	Professor I – Artes (Artes Plásticas)	NS	Licenciatura Plena em Artes Plásticas	3	-	1	4
PAD12	Professor I – Artes (Dança)	NS	Licenciatura Plena em Dança	3	-	1	4
PLI13	Professor I – Inglês	NS	Licenciatura Plena em Letras Português/Inglês	3	1	1	5
PLE14	Professor I – Espanhol	NS	Licenciatura Plena em Letras Português/Espanhol	2	-	1	3
SCE15	Secretário Escolar	NM	Ensino Médio completo com formação em Secretário Escolar	2	1	1	4
POE16	Professor II - Orientador Educacional	NS	Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional ou Licenciatura em qualquer área e Pós-Graduação em Orientação Educacional	4	1	1	6
POP17	Professor II - Orientador Pedagógico	NS	Licenciatura Plena em Pedagogia	4	-	1	5
PSE18	Professor II - Supervisor Educacional	NS	Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Supervisão Educacional ou Licenciatura em qualquer área e Pós-Graduação em Supervisão Educacional	3	-	1	4

Obs.: Todos os diplomas ou certificados devem estar registrados em Instituições reconhecidas pelo MEC dentro das normas legais vigentes.

ANEXO II – Distribuição das Vagas, CHS, Remuneração e Tipos de Provas

Código	Cargo	Total de Vagas	Nível	CHS	Remuneração	Tipos de Provas	
						PO	AT
PAI01	Professor II – Anos Iniciais	9	NM	24h	2.129,99	S	S
PEE02	Professor II – Educação Especial	6	NM	24h	2.129,99	S	S
PEI03	Professor II – Educação Infantil	42	NM	24h	2.129,99	S	S
PLP04	Professor I – Língua Portuguesa	2	NS	16h	2.129,99	S	S
PMT05	Professor I – Matemática	12	NS	16h	2.129,99	S	S
PCI06	Professor I – Ciências	4	NS	16h	2.129,99	S	S

6. Regimento Escolar de São João de Meriti – Cargo: Orientador Educacional

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Extraído do Regimento Escolar de SJM

Artigo 14 – A função de **orientador educacional** deverá ser exercida por profissional legalmente habilitado, credenciado pelo órgão competente e investido na função exclusivamente através de concurso público.

Artigo 15 - Sua ação deverá ser pautada no contexto político pedagógico, partindo da reflexão e compreensão da função social da escola, facilitando a socialização do conhecimento e ampliação das potencialidades do aluno em compreender e agir no mundo como cidadão crítico e participativo.

Artigo 16 – São atribuições do orientador educacional:

I – Participar, junto com os demais profissionais da escola, da discussão e da construção da Proposta Pedagógica,

II – Participar e/ou desenvolver uma ação interdisciplinar efetiva na escola, que contribua para o crescimento coletivo dos envolvidos respeitando a ação específica de cada profissional.

III – Participar do processo de planejamento do currículo, com todo o pessoal envolvido no processo ensino-aprendizagem, buscando resgatar a função específica da escola: transmissão, assimilação e construção de conhecimentos que contribuam na transformação da realidade.

IV – Participar e/ou desenvolver questionamento e rearticulação de trabalho quanto aos componentes curriculares, objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação, partindo das condições reais existentes, de forma a assegurar o papel social da escola no atendimento efetivo a comunidade escolar.

V – Planejar junto à equipe técnico-pedagógica formas de viabilizar a participação de toda a comunidade escolar no Projeto Político Pedagógico.

VI – Coordenar o processo de desenvolvimento do mundo do trabalho, em cooperação com os profissionais da escola, contribuindo para a construção coletiva de uma nova prática, vinculada à prática social.

VII – Estimular e acompanhar, em conjunto com os demais profissionais da escola, a participação do aluno na discussão da proposta pedagógica e demais assuntos referentes à escola.

VIII – Participar do processo de integração escola-família-comunidade, oportunizando a criação de um espaço educativo comum de troca e crescimento recíprocos com vistas ao melhor funcionamento pedagógico e administrativo da escola.

IX – Buscar parcerias constantes, junto ao CIME, Conselho Tutelar, Ronda Escolar e demais setores, com vistas a uma prática pedagógica mais competente;

X – Participar das atividades de atualização, específica e outros eventos promovidos pela Divisão de Orientação Educacional da SEME e outros eventos relacionados ao trabalho de Orientação Educacional, (Seminários, reuniões e encontros etc.).

XI – Promover situações e condições que favoreçam o desenvolvimento do educando, a construção de sua identidade pessoal/grupal, não se estabelecendo apenas como recurso de resolução de problemas, mas de prevenção;

XII -Registrar sua prática, rotina, no exercício de suas funções para um processo contínuo de ação reflexão-ação.

XIII – Coordenar, junto com os professores e demais membros da equipe Técnico-pedagógica, o acompanhamento e análise dos casos de alunos que apresentam alguma dificuldade de comportamento e/ou aprendizagem, visando o sucesso da ação pedagógica.

XIV – Acompanhar junto com os professores e demais profissionais da equipe técnico-pedagógica, o processo de frequência escolar, planejando ações que estimulem a assiduidade e conscientizem os alunos e pais/responsáveis sobre as consequências das faltas.

XV – Encaminhar ao Conselho Tutelar junto com a equipe técnico-pedagógica, os casos de reiteração de faltas injustificadas, negligência e maus-tratos a crianças e adolescentes, esgotados os recursos da escola.

XVI - Organizar e coordenar junto aos demais da equipe técnico-pedagógica e professores as reuniões com pais/responsáveis.

XVII – Coplanear com a equipe técnico-pedagógica e participar de todos os COCs e GEs.

XVIII – Avaliar o processo ensino-aprendizagem, examinando relatórios e acompanhando as turmas , aferindo a eficácia dos métodos de ensino empregados, fazendo as intervenções necessárias e providenciando as reformulações adequadas.

XIX – Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.

XX – Participar na composição e organização das turmas, avaliando inclusive o perfil do professor para designação das mesmas.

XXI – Encaminhar alunos portadores de necessidades especiais para o CIME, quando necessário e acompanhar as devolutivas.

XXII – Acompanhar alunos em processo de inclusão nas turmas regulares.

Artigo 17 – A orientação pedagógica e a orientação educacional deverão trabalhar de forma integrada, promovendo a articulação entre os demais serviços, em busca da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

7. Regimento Escolar de São João de Meriti – Cargo: Orientador Pedagógico

ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

Extraído do Regimento Escolar de SJM

Artigo 9º - A orientação pedagógica é um processo dinamizador do crescimento pessoal e profissional do educando e coordenador das atividades docentes, cujas funções são de assessorar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de caráter técnico-pedagógico do processo ensino-aprendizagem.

Artigo 10º - A orientação pedagógica é órgão de apoio da direção, exercida por elemento devidamente habilitado, credenciado pelo órgão competente e investido na função mediante concurso público;

Artigo 11 - As atividades do serviço de Orientação Pedagógica serão exercidas por Profissional habilitado para a função, em conformidade com a legislação vigente.

Artigo 12 - O Orientador Pedagógico é o responsável pelo planejamento, supervisão e controle das atividades pedagógicas garantindo a integração vertical e horizontal dos diferentes estágios:

- a) Orientar o planejamento do currículo e sua revisão contínua.
- b) Trabalhar com os professores, auxiliando-os na elaboração dos planejamentos de ensino.
- c) Assistir às aulas, podendo, por meio de observação constante, auxiliar os professores em suas dificuldades.
- d) Participar da organização de classes, horários, reuniões e demais atividades da Escola.
- e) Manter-se atualizado sobre novos métodos e processos de ensino, estimulando os professores a reformular, sempre que for necessário, as técnicas de trabalho.
- f) Garantir a integração vertical e horizontal dos diferentes estágios.
- g) Acompanhar o desenvolvimento dos grupos, ajustando o planejamento às suas necessidades.
- h) Acompanhar a aprendizagem dos alunos, pesquisando as causas do aproveitamento prejudicado, em colaboração com as professoras e direção; e estudando, também em conjunto, o encaminhamento que deverá ser dado a cada caso no sentido da superação dos problemas detectados.
- i) Auxiliar a direção no planejamento, execução e avaliação de jornadas de estudos promovidas pela escola, visando melhorias no desempenho do corpo docente.
- j) Planejar, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica e com o corpo docente a proposta pedagógica da unidade, em função dos seus alunos, da comunidade e dos recursos humanos e materiais, para os cursos mantidos pela unidade escolar; incluindo a análise de gráfico de desempenho da turma.
- k) Selecionar o material didático-pedagógico, promover sua confecção e orientar seu uso, quando necessário.
- l) Cumprir e fazer cumprir as normas e diretrizes pedagógicas emanadas da SEME.
- m) Enviar à COEN/SEME relatório de suas atividades, no final do ano letivo ou sempre que solicitado.
- n) Avaliar constantemente o desempenho do corpo docente e da metodologia aplicada.
- o) Organizar e participar das reuniões de avaliação dos trabalhos previstas pelo calendário escolar e outras que se fizerem necessário.
- p) Desenvolver suas atividades em consonância com a direção da unidade escolar objetivando um trabalho integrado.
- q) Executar quaisquer outros encargos semelhantes, pertinentes à categoria funcional.